



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

ISABELLA SALLES NUNES DA SILVA

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DO PROCAP NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

Brasília – DF  
2019

ISABELLA SALLES NUNES DA SILVA

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DO PROCAP NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Doutor Franco de  
Matos

Brasília – DF  
2019

ISABELLA SALLES NUNES DA SILVA

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DO PROCAP NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna

**Isabella Salles Nunes da Silva**

Doutor, Franco de Matos  
Professor-Orientador

Doutora, Fernanda Natasha Bravo Cruz  
Professora-Examinadora

Mara Fregapani Barreto  
Avaliadora Externa

Brasília, 02 de julho de 2019

Dedico este estudo para todos aqueles que convivem diariamente com as desigualdades produzidas no sistema prisional, e que encontram no trabalho uma oportunidade para ressignificar a sua história.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todo o apoio e o amor recebido da minha mãe, Fátima, em todos os momentos da minha caminhada. Aos meus avós Edy e Adair pelos ensinamentos e carinho transmitidos. Ao meu padrasto Tacílio pelas lições de vida passadas. Ao meu namorado Alexandre por toda a paciência, companheirismo, compreensão, cuidado e amor de sempre. À toda a sua família e o acolhimento que me é dado. Às minhas amigas de graduação que levarei para a vida, Maria Isabel, Luiza e Mariana, por terem trazido leveza e alegria para as minhas noites na universidade. Às amigas de longa data, especialmente Camila, Mariana e Maria Regina, por acompanharem de perto o meu crescimento. Finalmente, agradeço ao meu orientador Franco de Matos, pelos conselhos, motivação e entusiasmo em compartilhar um pouco dos seus conhecimentos comigo.

## RESUMO

Este trabalho é o resultado da construção de propostas de indicadores para viabilizar o estudo da implementação de um programa de fomento ao trabalho no sistema prisional, o PROCAP. Para cumprir tal objetivo, foram mobilizados documentos e estudos que tratam do significado e da importância atribuídos a essa atividade, além da estruturação dos dados e de um painel de indicadores. A pesquisa possui caráter descritivo e é feita a partir da abordagem qualitativa e quantitativa. Na análise desenvolvida, foram identificados os arranjos institucionais que compõem o programa, seguidos da elaboração de 5 (cinco) sugestões de indicadores de implementação, destacando a sua natureza, relevância e composição. Percebeu-se que os arranjos institucionais produzidos são capazes de delimitar institucionalmente as responsabilidades dos atores envolvidos, entretanto, não integram a percepção dos próprios beneficiários do programa. Já com a elaboração das propostas de indicadores, foi possível observar os valores gastos, o público atingido, as oficinas ofertadas e o alcance médio do programa, fornecendo assim, instrumentos de gestão capazes de auxiliar os responsáveis pela execução e monitoramento do programa.

Palavras-chave: Trabalho Prisional. PROCAP. Arranjos Institucionais. Indicadores de Implementação.

## **ABSTRACT**

This paper is the result of the construction of proposals of indicators to make feasible the study of the implementation of a program to foment work in the prison system, PROCAP. In order to fulfill this objective, documents and studies that deal with the meaning and importance attributed to this activity have been mobilized, as well as the structuring of the data and a panel of indicators. The research has a descriptive character and is made from the qualitative and quantitative approach. In the analysis developed, the institutional arrangements that comprise the program were identified, followed by the elaboration of 5 (five) suggestions of implementation indicators, highlighting their nature, relevance and composition. It was noticed that the institutional arrangements produced are capable of institutionally delimiting the responsibilities of the actors involved, however, it does not integrate the perception of the beneficiaries of the program itself. With the preparation of the proposed indicators, it was possible to observe the amounts spent, the public reached, the workshops offered and the average reach of the program, thus providing management tools capable of assisting those responsible for implementing and monitoring the program.

**Keywords:** Prison Work. PROCAP. Institutional Arrangements. Indicators of Implementation.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Abordagem dos arranjos institucionais de implementação.....	27
Figura 2 - Arranjos Institucionais do PROCAP .....	39
Gráfico 1 – Relação entre os serviços contratados e os bens adquiridos.....	43
Figura 3 – Mapa dos repasses de recursos FUNPEN.....	46



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Custo médio por tipo de oficina .....	41
Tabela 2 - Relação entre oficina e público-alvo .....	42
Tabela 3 - Custo médio por beneficiário .....	44
Tabela 4 - Alcance médio do PROCAP nos estabelecimentos .....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CGPC – Coordenação-Geral de Políticas de Cidadania

CGU – Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPPC – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional

LEP – Lei de Execução Penal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNAT – Política Nacional de Acesso ao Trabalho Prisional

PNDH-3 – Plano Nacional de Direitos Humanos III

PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes

SERELI – Serviço de Relações Institucionais

TCU – Tribunal de Contas da União



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 TRABALHO E SISTEMA PRISIONAL .....</b>	<b>16</b>
1.1 A Compreensão da Concepção de Trabalho na Prisão.....	16
1.2 Mapeando os Instrumentos de Fomento ao Trabalho Prisional .....	19
<b>2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Abordagens Conceituais e a Implementação do PROCAP .....</b>	<b>22</b>
2.1 Abordagens Analíticas de Implementação .....	24
2.2 Arranjos Institucionais e o PROCAP .....	26
2.2.1 Descrição dos Arranjos do Programa .....	28
2.3 Indicadores de Implementação do PROCAP.....	29
2.3.1 Consolidação da Proposta dos Indicadores .....	31
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>33</b>
<b>4 CONSTRUÇÃO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS E DAS PROPOSTAS DE INDICADORES DO PROCAP .....</b>	<b>35</b>
4.1 Identificando os Arranjos a partir da Descrição do PROCAP.....	35
4.2 Propostas de Indicadores de Implementação para o PROCAP .....	39
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A – Estruturação dos dados do PROCAP referente aos estados .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE B – Detalhamento de cada convênio.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE C – Painel de indicadores do PROCAP .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

As condições alarmantes do sistema penitenciário brasileiro não são inéditas no cenário do país, entretanto a preocupação se torna cada vez mais crescente entre os estudiosos e interessados pelo assunto. De acordo com informações do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen<sup>1</sup> (DEPEN, 2017), o Brasil ocupa o terceiro lugar na classificação de países que mais prendem no mundo, tendo como 726.712 o número de pessoas encarceradas, para uma oferta de 368.049 vagas, gerando um déficit de 358.663 vagas (DEPEN, 2017). Ainda segundo o relatório, 40% das pessoas privadas de liberdade sequer possuem a sua condenação definida, são em sua maioria do sexo masculino, negros e com idade entre 18 e 24 anos.

A negligência e apatia advinda dos gestores e políticos ao serem questionados sobre a situação, reflete-se na tragédia já anunciada pelos especialistas das crises cotidianas desse sistema (ZAMPIER, 2018). Ainda segundo a autora, a discussão se torna ainda mais complexa, pois as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade assumem uma forma distinta do habitual e os conflitos tendem a ser mais significativos. Portanto, a divergência de opiniões entre essas duas arenas dificulta a gestão do sistema prisional, exigindo principalmente do Estado capacidades para lidar com essa dicotomia.

Concomitante a isso, há a crescente necessidade em adotar políticas públicas interdisciplinares para lidar com as particularidades do universo prisional (ZAMPIER, 2018) e intersetoriais, capazes de articular os serviços e atender as necessidades sociais desse público específico (CUNILL-GRAU, 2016). Além de ancorar-se na punição como forma real de solução do problema (JULIÃO, 2010), as condições precárias do encarceramento deixam de lado o cumprimento da garantia dos direitos humanos e colaboram para que as brechas existentes na implementação das políticas de reintegração evidenciem ainda mais o colapso presente nesses estabelecimentos.

Apesar dos inúmeros desafios impostos a esse universo, o significado atribuído para a relação entre o trabalho e a privação de liberdade se modificou ao longo do tempo e despertou um olhar menos pessimista para a situação, já que antes o trabalho era tratado como parte

---

<sup>1</sup> Os dados são referentes ao ano de 2016. O Infopen é um sistema de informações estatísticas preenchido pelos gestores dos estabelecimentos, e informa as condições estruturais, os recursos humanos empregados, a capacidade, a gestão, a população e perfil prisional, as atividades internas desenvolvidas, entre outros.

integrante da pena por possuir um caráter exploratório, punitivo e doloroso (CORREA; SOUZA, 2016), essa interação passou a ser vista como uma importante estratégia de fomento à reintegração (MACHADO; SLONIAK, 2015), com vistas a capacitar os indivíduos e prepará-los para o retorno ao convívio social. Entretanto, de acordo com o Infopen (DEPEN, 2017), apenas 15% da população prisional estava realizando atividades laborais em meio interno e externo durante a coleta dessas informações. Isso evidencia que a discussão acerca da reintegração ainda é delineada por barreiras impostas a essas pessoas, tendo em vista as limitações existentes aos suportes que lhes são garantidos (TINOCO, 2019).

Amparado pela Lei de Execução Penal – LEP criada em 1984, que estabelece as diretrizes e as exigências do ambiente penitenciário, o significado da atividade laboral é exposto no artigo 28, em que diz que “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984) e declara ainda que esse trabalho não segue o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, entretanto, não pode ser inferior a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) de um salário mínimo<sup>2</sup>. Além da LEP, foram identificados outros documentos que abrangem essa temática, como por exemplo as Regras de Mandela, o Plano Nacional de Direitos Humanos III – PNDH-3 e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre trabalho forçado (MATOS, 2018).

Dito isso, Matos (2018) evidenciou a importância da consolidação de uma política nacional direcionada para o trabalho prisional, haja vista a fragilidade das ações desenvolvidas nessa área e explicada pela grande autonomia fornecida aos estados para implementar essas atividades. No mesmo ano da publicação de seu estudo, foi promulgada a Política Nacional de Acesso ao Trabalho Prisional – PNAT, com o objetivo de “permitir a inserção das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional no mundo do trabalho e na geração de renda” (BRASIL, 2018a). No entanto, a política foi instituída recentemente e em um período de transições governamentais, dificultando a sua avaliação (TINOCO, 2019).

Portanto, no contexto de uma política nacional ainda incipiente, buscou-se identificar qual a iniciativa mais relevante de abrangência nacional quando se fala em trabalho prisional com ideias convergentes à PNAT. Sendo assim, o principal instrumento de fomento ao trabalho prisional identificado é conhecido como Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP. Criado no ano de 2012 e sob a gestão

---

<sup>2</sup> Esse valor corresponde a R\$748,50, tendo em vista que o salário mínimo está cotado atualmente em R\$998,00.

do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, essa iniciativa tem como objetivo implantar oficinas de trabalho nos estabelecimentos prisionais estaduais a partir da celebração de convênios e repasses de recursos entre o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e as secretarias de administração penitenciária das unidades federativas participantes.

O PROCAP é executado mediante ciclos e desde o seu lançamento foram realizados 4 (quatro) que integram os anos de 2012 a 2015. Apesar da sua relevância no processo de reintegração e capacitação profissional dos apenados, não foram localizados estudos capazes de fornecer aos gestores indicadores da sua implementação. Portanto, a partir dessa lacuna, a pergunta a ser feita é: Quais são os possíveis indicadores que podem ser utilizados para subsidiar a análise da implementação do PROCAP entre os anos de 2012 e 2015?

Dessa forma, baseado na compreensão de indicadores apresentada por Jannuzzi (2002), o objetivo geral deste estudo foi propor possíveis indicadores de implementação para o principal instrumento de fomento ao trabalho prisional, o PROCAP. Os objetivos específicos foram compreender a relação entre o trabalho e a prisão, mapear os instrumentos de incentivo a essa prática no sistema prisional, identificar a relevância do processo de implementação para o programa a partir da análise dos seus arranjos institucionais e sugerir indicadores de implementação para ele.

Partiu-se da compreensão de que os indicadores de implementação são utilizados para fundamentar a análise acerca dos resultados da intervenção e do processo de tomada de decisão, além de favorecer a melhoria dessas etapas (RUA, 2004). A metodologia proposta tem caráter descritivo (GIL, 2002), pois discorre acerca das características do PROCAP, e adotou como procedimento técnico a pesquisa documental. A sua abordagem foi a qualitativa e a quantitativa, sendo a parte qualitativa referente à identificação do processo de implementação e dos arranjos institucionais que compõem o programa, e a parte quantitativa relacionada à elaboração e análise dos dados coletados para consolidar a proposta dos indicadores.

O primeiro capítulo apresentou a concepção acerca da relação histórica entre o trabalho e a prisão. Posteriormente, foram mapeados os principais instrumentos de fomento ao trabalho prisional no Brasil. O segundo capítulo tratou da visão geral sobre a implementação de políticas públicas, apresentando as suas abordagens analíticas tradicionais e depois direcionou o debate para a implementação do PROCAP, evidenciando o uso dos arranjos institucionais e o significado atribuído aos indicadores nesse processo, bem como se deu a consolidação das propostas para o programa. O terceiro capítulo evidenciou os materiais e

métodos que viabilizaram o estudo. O quarto capítulo compreendeu a descrição, o reconhecimento e a discussão dos arranjos produzidos no PROCAP, seguido pela explicação da relevância e apresentação de 5 (cinco) propostas de indicadores. Por fim, apresentou-se as conclusões do estudo a partir das limitações encontradas, dos arranjos institucionais identificados, dos indicadores sociais de implementação propostos e as sugestões para trabalhos futuros.



# **1 TRABALHO E SISTEMA PRISIONAL**

## **1.1 A Compreensão da Concepção de Trabalho na Prisão**

Antes de incorporar o significado e a relação do trabalho na prisão, é interessante compreender como se deu essa combinação fora do contexto prisional. No entendimento de Souza e Correa (2016, p.127): “o trabalho se apresenta como uma construção social e tem lugar de destaque na vida do sujeito, sendo necessário trazer à tona elementos para expor um panorama no qual haja relações entre homem e trabalho”. Sendo assim, o cidadão que está executando tarefas em seu dia a dia desenvolve uma condição de pertencimento e identificação com as atividades a ele atribuídas. Por conseguinte, a construção social que se consolida a partir das relações acima atribuem ao indivíduo características que positivam o seu caráter.

Historicamente, o conceito de trabalho foi por muito tempo visto como algo negativo, doloroso e forçado (AMARAL, 2017). Segundo Viana (2017), foi somente com a reforma protestante ocorrida a partir de 1517 que a terminologia começou a ser concebida de uma outra forma, devido principalmente ao surgimento da burguesia e da riqueza associadas à essa atividade. O autor reitera que somado a isso, o capitalismo veio posteriormente para salientar a ideia do trabalho como forma de dominação e exploração do homem (VIANA, 2017). Nesse sentido, devemos reconhecer a importância contida no processo histórico de construção dos significados das relações entre o indivíduo, o trabalho e o meio no qual ocorrem essas interações.

Dando continuidade a essas mudanças, o surgimento de instrumentos legais capazes de ampliar e garantir o acesso e a proteção a esse direito, como por exemplo, as garantias trabalhistas, apesar de ampliarem a visibilidade para o tema, não possuíam caráter universal. Isso significa dizer que em contextos específicos, as possibilidades, os limites e os impactos positivos do trabalho ainda precisam ser discutidos (VIANA, 2017). Portanto, a partir do que foi apresentado e do objetivo proposto neste trabalho, fez-se pertinente direcionar o debate para o significado atribuído ao trabalho no contexto do sistema prisional, considerando as particularidades desse cenário e a trajetória histórica das relações que envolvem esses termos.

Dessa forma, assim como o aspecto negativo associado ao trabalho fora da prisão, essa perspectiva se manteve no interior dela. Como bem salienta Estanislau e Moraes (2017, p.117), “a concepção moderna de trabalho penitenciário difere de sua origem histórica, na qual o trabalho era um dos fatores sancionatórios da pena”. Inicialmente as atividades eram realizadas como um meio para punir os condenados, juntamente com os castigos físicos e como parte integrante da execução penal (CORREA; SOUZA, 2016; ESTANISLAU; MORAIS, 2017; ALMEIDA; AMARAL; BARROS, 2017; AMARAL, 2017). Portanto, os feitos degradantes e humilhantes complementavam a capacidade punitiva dos estabelecimentos e contribuíam para a concretização do significado do trabalho como uma atividade essencialmente negativa e forçada.

Os marcos iniciais responsáveis pelo início da humanização das penas referem-se aos períodos do Iluminismo e da Revolução Francesa, em que passaram a considerar que o conceito e a aplicabilidade da punição não deveriam mais recair sobre o corpo do apenado (ESTANISLAU; MORAIS, 2017; AMARAL, 2017). Em contraponto, Araújo (2012) pondera que na realidade o encarceramento continua atuando como castigo corporal apesar da noção simbólica de sua abolição, justificando que a própria prisão atua na deterioração dos corpos a partir do momento que os priva de ar, sol, luz, espaços, entre outros.

Seguindo esse pensamento, Foucault (2014) afirma ainda que a prisão sempre aplicou certas medidas de castigos físicos em demonstrações explícitas, sem a preocupação da repercussão causada por elas. Tal conduta pode ser explicada pela posição de exclusão historicamente ocupada pela prisão e seus sentenciados, e a forma como as violações dos direitos ocorridas ali pouco mobilizavam a sociedade em prol de melhorias para esse ambiente. Até os dias atuais, o envolvimento da sociedade na discussão de temas relacionados ao sistema prisional é significativamente menor do que nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

Em relação à concepção do trabalho e da prisão no contexto brasileiro, Estanislau e Moraes (2017) explicam que originalmente as prisões eram conhecidas como casas de trabalho, ou seja, locais que tinham o trabalho como uma atividade essencialmente forçada, com o intuito de aproveitar a mão de obra ociosa daqueles que estavam ali. Como consequência das práticas adotadas antigamente, do novo significado atribuído a elas e das particularidades do sistema prisional, as discussões acerca das condições impostas por essa atividade nas prisões vêm se destacando no cenário brasileiro, pois despertam um olhar menos pessimista para a atual situação dos estabelecimentos prisionais do país.

Há uma população carcerária no Brasil que ultrapassa 700 mil pessoas, em que apenas 15% realiza atividades laborais (TINOCO, 2019). O crescimento das taxas de encarceramento contribui para o sucateamento desse sistema, prejudicando de forma significativa as condições mínimas de permanência dos reclusos nesse ambiente (JULIÃO, 2010). Tendo a privação de liberdade se estabelecido como pena em meados do século XIX, ela atuava como uma função disciplinadora para o trabalho direcionada aos cidadãos que de alguma forma se negavam a realizá-lo (ALMEIDA; AMARAL; BARROS, 2017). Com o passar do tempo, essa concepção se alterou e concebeu ao trabalho uma visão positiva, com capacidade para atuar como fator reintegrador (SOUZA; CORREA, 2016).

Baratta (1990) encara a reintegração no contexto da criminologia crítica, vertente do direito que compreende de forma realista a prisão como um local incapaz de produzir resultados positivos para essa finalidade, contribuindo ainda de forma negativa nesse objetivo. Entretanto, ele acredita que a procura pela reintegração do apenado deve ser reinterpretada a partir de um viés diferente para que não seja abandonada. Acerca disso, o autor considera pertinente fazer duas considerações, sendo a primeira delas relacionada ao conceito sociológico atribuído ao termo, pois “não se pode conseguir a reintegração social do sentenciado *através* do cumprimento da pena, entretanto se deve buscá-la *apesar* dela” (BARATTA, 1990, p.2). Isso significa que deve existir uma procura para minimizar os efeitos negativos causados pela prisão, efeitos estes responsáveis por dificultar essa reintegração.

A segunda consideração feita por Baratta (1990) refere-se a mudança de entendimento jurídico atribuída para a expressão “reintegração social”, que comumente se pauta na utilização do termo como forma de tratamento e dominação do preso. Em seu entendimento, essa concepção descaracteriza o apenado como um sujeito e o torna vulnerável as ações externas impostas e destinadas a ele. A sua sugestão é de que ocorra uma reconstrução integral desse significado, tornando o indivíduo parte integrante do processo, criando benefícios para ele e enfraquecendo a ideia de que as atividades oferecidas atuam como um instrumento disciplinador (BARATTA, 1990).

Incorporando a proposta de Baratta (1990), a educação e o trabalho dentro do ambiente prisional brasileiro podem ser interpretados atualmente como instrumentos capazes de promover, gradualmente, as transformações almejadas de tratamento a essa população. Sendo assim, além de atuar como meio ocupacional, o trabalho desempenha ainda função econômica, psicossocial e permite a remição da pena (ALMEIDA; AMARAL; BARROS, 2017), proporcionando aos indivíduos privados de liberdade um distanciamento do estigma

produzido pelo cárcere e uma aproximação com a própria individualidade. Entretanto, o significado atribuído à reintegração ainda pertence a uma discussão sensível relacionada às barreiras impostas a esses cidadãos e ao limite do apoio dado a eles para que essa inserção ocorra de fato, tendo em vista que na prática o suporte prometido possui as suas limitações (TINOCO, 2019).

Algumas dessas barreiras estão relacionadas com os desafios impostos às políticas penais. Tinoco (2019) ressalta que os problemas ligados à implementação interferem não somente nas políticas relacionadas ao trabalho, mas também nas demais políticas presentes no cenário prisional. No tocante ao trabalho, os gestores precisam lidar com informações superficiais sobre os processos de instalação das oficinas, o baixo alcance de qualificação profissional, além da baixa remuneração oferecida aos trabalhadores, falta de garantias trabalhistas e com a incerteza do emprego formal após a reclusão. Isso preocupa cada vez mais os especialistas, dada a atual situação do sistema penitenciário brasileiro.

## **1.2 Mapeando os Instrumentos de Fomento ao Trabalho Prisional**

As políticas públicas que visam a reintegração social são frutos de uma construção gradual de conquista de direitos e ampliação da visibilidade de uma sociedade vulnerável. A relação das atividades de trabalho e educação atuam como instrumentos fundamentais de ação com a intenção de distanciar o indivíduo privado de liberdade do estigma produzido pela prisão e aproximá-lo da realidade que o espera além dos muros. Portanto, como bem salienta Zampier (2018), as políticas públicas pensadas para esse universo devem possuir um caráter interdisciplinar capaz de permear pelas áreas ali existentes, aliando a teoria e a prática encontradas nas unidades prisionais. Somado a isso, existe ainda a percepção acerca importância da intersetorialidade nessa promoção de políticas, tendo em vista a complexidade exigida nas ações e relações voltadas para o sistema prisional, que mobilizam a integração de diversos setores na resolução dessas questões que possuem como principal característica a multicausalidade (CUNILL-GRAU, 2016).

De acordo com Souza e Correa (2016, p.133) “fica evidente o lugar que o trabalho ocupa ao longo da história dos homens, sobretudo da sua relação com a pena, representando uma forma de conexão social daquele que passou pela privação de liberdade pela via do trabalho e a necessidade de estabelecer o seu retorno social”. No Brasil, ainda encontramos

difficultades em proporcionar essa conexão entre o significado do trabalho dentro da prisão e a sua função reintegradora. A elevada autonomia concedida aos estados na gestão das políticas penais estaduais, incluindo a área de trabalho (MATOS, 2017), associada à articulação frágil entre esses entes, dificulta o fortalecimento dessa iniciativa no país.

Com vistas a desenvolver um instrumento capaz de delinear diretrizes em âmbito nacional para o tema, instituiu-se em julho de 2018 a Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional – PNAT (TINOCO, 2019). Com o objetivo de possibilitar a inserção dos apenados e egressos no mundo do trabalho e na geração de renda, a política estabelece normativos que incidem sobre a reserva de vagas na realização de licitações e contratos da administração pública em relação ao Poder Executivo federal, além de fomentar e incrementar as ações já implementadas nos estados e Distrito Federal com a mobilização de demais entidades, sejam elas públicas, privadas, sociedade civil ou organismos internacionais (TINOCO, 2019).

Por ser bastante recente, os estudos que verificam a sua aplicabilidade são incipientes, entretanto Tinoco (2019) destaca alguns resultados obtidos com a sua pesquisa. Ela observa que apesar da fragmentação das políticas de trabalho presente nos estados, elas convergem, em certa forma, com os objetivos e diretrizes propostos pela PNAT, como é o caso do PROCAP. Ademais, a autora considera que a política é um avanço no sentido de propor a articulação intersetorial e tecer recomendações para as iniciativas desenvolvidas pelas unidades federativas. Contudo, ela salienta a falta de clareza referente às responsabilidades dos atores envolvidos na política, bem como dos incentivos utilizados para estimulá-los, além da inexistência de indicadores para a sua avaliação e a indeterminação de prazos para o cumprimento dos objetivos.

Sendo o PROCAP entendido atualmente como o principal instrumento de fomento ao trabalho prisional (MATOS, 2018) e com ideias que vão de encontro às propostas da PNAT (TINOCO, 2019), é pertinente que se descreva como ocorre a sua implementação, bem como os desafios observados e o amparo legal que o sustenta. Considerado também como “um dos principais instrumentos de política ativa de fomento ao trabalho do Sistema Prisional Brasileiro promovidas pelo DEPEN” (MATOS, 2017, p. 1449), o programa se estabeleceu no ano de 2012 e tem como objetivo implantar oficinas permanentes de trabalho e oferecer cursos de capacitação e profissionalização nos estabelecimentos estaduais que o incorporam.

O programa é executado a partir do repasse de recursos do FUNPEN para as secretarias penitenciárias estaduais das unidades federativas aptas a receber as oficinas,

através dos chamamentos públicos e da celebração de convênios registrados no Sistema de Convênios - SICONV<sup>3</sup>. A sua proposta converge com a Constituição de 1988, com a LEP, com as Regras de Mandela, com o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH e com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT que tratam sobre o trabalho forçado (MATOS, 2018).

Além do PROCAP, Matos (2017) identifica outros instrumentos de política ativa utilizados para incentivar o trabalho prisional. O primeiro deles corresponde ao firmamento de parcerias com as empresas privadas; o segundo instrumento diz respeito à criação de incentivos fiscais e subvenção econômica a partir das recomendações expostas no PNDH-3; a oferta de vagas de trabalho na administração pública direta e indireta aparece como a terceira estratégia; seguida da reserva de vagas em contratos e obras de cunho público, além de outras formas indiretas de aproveitamento desse trabalho.

---

<sup>3</sup> O Sistema de Convênios – SICONV foi criado em 2008 com o objetivo de administrar as transferências voluntárias dos recursos provenientes da União mediante firmação de convênios com estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos. A consulta dos convênios encontra-se disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/acesso-livre>

## **2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Abordagens Conceituais e a Implementação do PROCAP**

Antes de analisar a implementação do PROCAP, é necessário que seja feita uma breve compreensão de algumas das possíveis abordagens para tratar da implementação de políticas públicas em um contexto amplo, para depois aprofundar no programa desejado, perpassando, inclusive, pelas abordagens analíticas possíveis de serem utilizadas.

Ao longo das exposições, percebeu-se que elas possuem vieses distintos, entretanto como observado por Lima e D'Ascenzi (2013), as abordagens não se anulam e desempenham papel fundamental para o entendimento desse fenômeno complexo e dos desafios envolvidos nessa fase. Dessa forma, a análise de políticas públicas mais comum de ser feita se dá a partir da abordagem sequencial. Ela também é conhecida como ciclo de políticas públicas e se divide em formulação, implementação e avaliação, sendo a implementação a fase associada à execução das ações previamente estabelecidas na etapa anterior (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Inicialmente a discussão acerca da implementação das políticas públicas fazia parte de uma subdisciplina derivada das matérias de ciência política e administração pública, entretanto, foi a partir da década de 1970 que os estudos relacionados a esse tema se destacaram e exigiram um espaço especial (HILL; HUPE, 2002). Somado a isso, os autores ressaltam a importância em considerar os aspectos da interação social e da produção intelectual elaborada ao longo do processo, seja de formação, formulação e tomada de decisão das políticas públicas, tendo em vista que estes impactam diretamente no estudo sobre a implementação.

Portanto, compreender a conjuntura e as relações estabelecidas nas etapas da construção de uma política pública, considerando o processo de implementação como parte integrante dessas ligações, poderá resultar em uma melhor execução das ações e uma clareza nos resultados obtidos, já que ela pode ser considerada o fruto dos estágios iniciais do processo político que deve ser implementado (HILL; HUPE, 2002). Como o objetivo deste trabalho é propor indicadores de implementação para um programa de trabalho no sistema prisional, é desejável haver um entendimento prévio dos processos que levaram essa implementação, bem como as suas possíveis falhas.

Dito isso, em relação ao sentido atribuído à implementação, Gomide e Pires (2014, p.19) acreditam que

Por processo de implementação compreende-se todo o conjunto de decisões e ações desempenhadas entre o lançamento de uma política governamental e a percepção dos seus resultados, envolvendo, simultaneamente, atividades de execução, (re)formulações e tomada de decisão sobre as ações necessárias. Por possuir este caráter, os processos de implementação constituem justamente o momento no qual, a partir de decisões e ações das burocracias governamentais, as interações com instituições democráticas repercutem em impasses e obstáculos ou aprendizados e inovações.

No mesmo sentido, Wu *et al* (2014, p.98) afirmam que

A implementação de políticas públicas é um processo dinâmico e não linear. [...] a tarefa de implementação pode – e muitas vezes vai – envolver elementos de todas as “fases” anteriores da criação de políticas, bem como todas as incertezas e contingências que eles possam acarretar.

Winter (2010) complementa os autores com a identificação de três gerações de pesquisa sobre implementação, sendo elas: a geração dos pioneiros e seus estudos de caso exploratórios, a segunda geração de pesquisas com as suas estratégias de cima para baixo e de baixo para cima e, por último, a geração dos estudos sistemáticos ancorados em pesquisas de caráter comparativo e estatístico. O autor sugere também algumas formas em que o reconhecimento do desenvolvimento desse campo de análise permite a ampliação do aprimoramento da implementação, como por exemplo, ao levar em consideração a diversidade ou ao desenvolver teorias que fujam da busca por uma explicação geral e concreta da implementação.

A partir do que foi apresentado, entende-se a implementação como um processo complexo e pouco estático, que envolve um conjunto de ações prévias que desencadeiam em interações entre atores capazes de alterar a essência das políticas e, conseqüentemente, modificar os resultados inicialmente traçados. Isso implica dizer que por ser uma fase marcada por uma ampla diversidade de atores, interesses e mudanças que podem alterar positiva ou negativamente as políticas, acabam demandando determinados instrumentos de gestão para lidar com esse desafio (PIRES, 2016).

Quanto à existência de uma teoria capaz de explicar o processo de implementação, Winter (2010, p.218) salienta que “em vez de buscar a teoria da implementação geral e única, deveríamos ser receptivos à diversidade tanto das perspectivas teóricas quanto das metodologias aplicadas”. Ou seja, se analisadas de formas isoladas, essas perspectivas provavelmente desconsiderarão elementos próprios pertencentes a cada uma, que poderão fazer falta em alguma etapa da análise.

Outro elemento que influencia significativamente no entendimento da implementação diz respeito ao contexto no qual estão inseridos as políticas e os processos que as orientam.



Na visão de Pires (2016), esse é um dos desafios de implementação encontrados no cenário brasileiro, já que a promulgação da Constituição de 1988 permitiu, entre outras coisas, a interação entre as novas instâncias, como por exemplo, as de participação e controle. Esse novo diálogo passou a exigir uma maior complexidade do ambiente institucional, principalmente no tocante ao processo das políticas públicas. Outrossim, a independência dos poderes, o surgimento das arenas participativas e a existência de instrumentos de controle vigentes na administração pública, demandam dos gestores uma capacidade de transitar simultaneamente por esses três sistemas não só durante a implementação, mas também nas etapas relacionadas a ela (PIRES, 2016).

Nesse sentido, Lima e D’Ascenzi (2013, p.101) anunciam que “o campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras”. Nessa mesma linha, Wu *et al* (2014, p.97) enfatizam a “importância de considerar sistematicamente os contextos políticos e administrativos, nos quais os formuladores de políticas estão trabalhando na elaboração de estratégias para superar os obstáculos à implementação efetiva”.

Destarte, os desafios da implementação estão atrelados com as decisões anteriores a esse momento, bem como as influências institucionais e políticas que permeiam nesse cenário. Lima e D’Ascenzi (2013) expõem ainda que quando ocorre a sobreposição entre a análise e a proposição da política pública, pode surgir um viés conhecido como “problemas de implementação”. Wu *et al* (2014) tratam esses problemas como grandes lacunas que tendem a aparecer quando as tarefas relacionadas com a implementação não são integradas ao processo das políticas públicas, gerando frustrações em relação às intenções iniciais e a execução das ações. Dessa forma, o modelo de análise da implementação surge conforme o problema é compreendido e, conseqüentemente, as abordagens analíticas de implementação são tratadas pelos estudiosos a partir da necessidade de suprir tais lacunas. (LIMA; D’ASCENZI, 2013).

## **2.1 Abordagens Analíticas de Implementação**

Nos estudos de Lima e D’Ascenzi (2013), os autores assinalam as duas abordagens hegemônicas mais relevantes na literatura que trata sobre a implementação, sendo a primeira

ligada à valorização de fatores independentes da hierarquia das organizações, com foco de análise no processo de formulação da política e a outra relacionada às variáveis referentes aos locais em que ocorrem a implementação e as burocracias implementadoras. Conhecidos como modelos de cima para baixo (*top-down*) e de baixo para cima (*bottom-up*) e pertencentes aos modelos de segunda geração identificados por Winter (2010), essas abordagens serão tratadas a seguir.

O modelo *top-down* é baseado na abordagem sequencial que consiste na percepção de que a política pública faz parte de uma sequência de etapas e lógicas distintas, ancorada por normas ou leis previamente estabelecidas, ou seja, a implementação é vista a partir do entendimento dos formuladores da política (WU *et al*, 2014). O que diferencia essas etapas é a influência da atividade política presente na formulação e a influência da prática administrativa que orienta a implementação (LIMA; D'ASCENZI, 2013). No modelo proposto, pressupõe-se que existe um ato anterior à implementação, algo que foi formulado e precisa ser posto em prática (HILL, 2006).

Isso significa dizer que a análise se concentra nas normas que estruturam a política pública, na percepção de suas lacunas e tudo aquilo que foi disposto antes de colocá-la em prática e existente na etapa de formulação. As lacunas mencionadas correspondem às mudanças que ocorrem durante a sua execução e que não foram previstas durante a sua elaboração. Para minimizar o surgimento dessas brechas, Hill (2006) sugere que os formuladores mantenham a política clara, com uma definição exata dos objetivos, formas de financiamento e responsabilidades, além de manter o controle efetivo sobre os implementadores, afim de limitar a sua discricionariedade.

Diferentemente da abordagem anterior, o modelo *bottom-up* concentra a sua análise nos atores responsáveis pela implementação. Além disso, o sucesso não é algo previsto, mas desejado e está relacionado com a capacidade dos atores da implementação em influenciar os demais níveis organizacionais. Segundo Lima e D'Ascenzi (2013), essa abordagem indaga dois pontos: a importância dada aos formuladores no processo de implementação e o de que determinados fatores como a clareza de objetivos, as determinações de responsabilidades adequadas e a definição de resultados, elevam as chances de a implementação ser exitosa.

Winter (2010) destaca em seus estudos que essa abordagem suscitou o debate acerca dos agentes implementadores, também chamados de burocratas de nível de rua. Essa denominação surgiu após o aprofundamento dos estudos dessa abordagem que os encara como os verdadeiros formuladores das políticas. Entretanto, eles sofrem com as lacunas

relacionadas entre as demandas exigidas nos mais altos níveis hierárquicos e os desafios rotineiros da profissão, como por exemplo, a elevada carga de trabalho (WINTER, 2010).

A partir do exposto, observou-se que os modelos *top-down* e *bottom-up* se diferem quanto ao foco de sua análise. Enquanto o primeiro é voltado para a atenção nas características da estrutura normativa e no papel dos formuladores em relação à implementação, o segundo se direciona para os agentes implementadores que estão na chamada linha de frente das políticas e suas respectivas ações. De semelhança, ambos apresentam limitações, principalmente por não considerarem o processo de uma forma ampla, e isso é determinante para nessa etapa. A seguir é apresentada a última proposta de abordagem analítica de implementação, que será utilizada para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

## 2.2 Arranjos Institucionais e o PROCAP

Devido ao surgimento da participação de múltiplos atores presentes durante os processos que envolvem as políticas públicas no Brasil, as relações se tornaram complexas e passaram a exigir a atuação do Estado em novas instâncias (PIRES, 2016). Com o intuito de auxiliá-lo nas novas responsabilidades emergentes, os arranjos institucionais permitem compreender como se dá a interação entre as burocracias presentes no Poder Executivo, juntamente com os aparatos de controle e participação política (GOMIDE; PIRES, 2014). Dessa forma, possibilitam uma maior transparência e clareza nas ações executadas durante uma política, tendo em vista a complexidade que envolve a simultaneidade dos processos e a pluralidade de atores envolvidos. Baseou-se nos estudos de Gomide e Pires (2014) e na proposta de reconhecimento de arranjos exposta por Pires (2016), para identificar os arranjos institucionais do PROCAP.

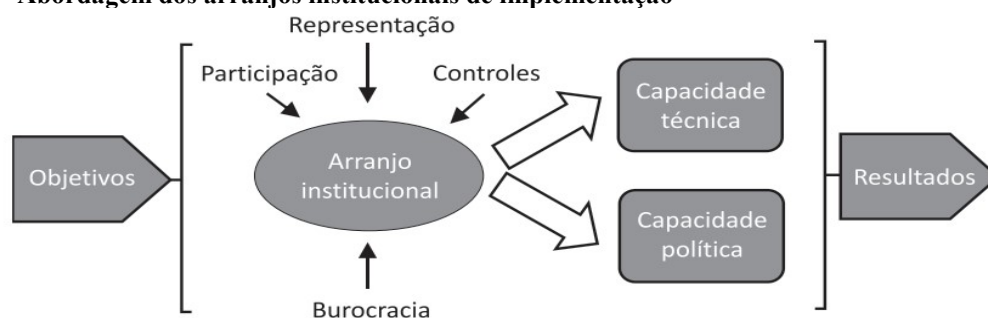
Na concepção desses autores, é primordial antes do início da definição do conceito desse modelo, fazer a distinção entre o que vem a ser ambiente e arranjos institucionais. Basicamente, o ambiente institucional estabelece as regras gerais que fundamentam o andamento dos sistemas políticos e prepara o arcabouço de operacionalização dos arranjos, enquanto o arranjo em si está relacionado às regras estabelecidas pelos agentes em campos

específicos, que condicionam os objetivos, as relações, o objeto e a interação entre os atores (GOMIDE; PIRES, 2014). Portanto, nas palavras de Gomide e Pires (2014, p.20), “o conceito de arranjo institucional é entendido como o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.”

A relevância em aprofundar o olhar para essa abordagem se justifica pelo fato de que as políticas públicas e os programas estão cercados, na maioria das vezes, por diferentes organizações com particularidades específicas e, precisam lidar com dispositivos de coordenação, controle e negociação de forma simultânea. Compreender essa complexidade a partir dos arranjos institucionais pode proporcionar para os atores envolvidos uma maior clareza em relação aos procedimentos e responsabilidades de cada instância que está envolvida na implementação, tornando os objetivos estabelecidos previamente mais claros e os resultados mais promissores. Pode-se dizer ainda que eles determinam as capacidades que o Estado terá em implementar as políticas públicas (GOMIDE; PIRES, 2014).

Em relação aos benefícios de utilizar essa abordagem, Pires (2016) defende a sua versatilidade em atuar tanto no desenho, quanto nas etapas de implementação ou avaliação de projetos e programas já concluídos. Isso ocorre, pois, a partir dela é possível mapear os atores, os processos e os mecanismos necessários, além de prevenir as possíveis falhas que poderão comprometer o desenvolvimento dos objetivos prévios das políticas (PIRES, 2016). Gomide e Pires (2014) representam na figura abaixo como pode ser feita tal abordagem:

**Figura 1 - Abordagem dos arranjos institucionais de implementação**



**Fonte:** Gomide e Pires (2014)

A partir da identificação dos objetivos, que podem ser descritos pelo seu tipo, temporalidade, territorialidade, entre outros, deve-se compreender os possíveis conflitos e tensões gerados por eles, pois isso refletirá no momento da implementação. Em seguida, a

delimitação dos atores envolvidos direta ou indiretamente irá complementar o surgimento do arranjo. A etapa seguinte corresponde à constatação dos procedimentos, instrumentos e locais que são responsáveis por orientar os atores, bem como os mecanismos de coordenação, monitoramento e ordenamentos que orientam a política. Posterior a isso e utilizando como embasamento os achados das etapas anteriores, a avaliação das capacidades estatais deve ser feita, podendo ser técnicas ou políticas. Por último, a avaliação é feita a partir dos resultados observados dos arranjos, sejam eles existentes ou projetados (PIRES, 2016).

Ao relacionar a abordagem dos arranjos institucionais com o contexto do acesso aos direitos e à temática do trabalho no sistema prisional, nas palavras de Matos (2018, p.268)

A garantia de acesso a esses direitos, em particular o direito ao trabalho, demanda um arranjo institucional com sofisticada coordenação tanto intragovernamental quanto intergovernamental, além de ações articuladas entre os órgãos estatais, por meio de cooperação entre os municípios, estados e União, uma vez a gestão da política prisional é descentralizada.

### **2.2.1 Descrição dos Arranjos do Programa**

Tanto a definição, quanto a metodologia utilizada para mapear os arranjos institucionais adotadas nesta pesquisa referem-se aos estudos desenvolvidos por Pires (2016), em que o autor destaca os cinco passos que envolvem a abordagem dos arranjos institucionais de uma política:

- I. Primeiramente, devemos identificar os objetivos propostos pelo programa em questão, tendo em vista que isso possibilitará compreender as possíveis divergências postas entre o que foi projetado para acontecer e a implementação de fato;
- II. O segundo passo consiste em detectar os atores que influenciam o processo de implementação, podendo eles serem burocráticos, sociais ou políticos;
- III. A terceira etapa se resume em mapear os espaços e as interações entre os atores observados com os instrumentos que possibilitam tal interação, verificando a presença de mecanismos de coordenação e controle das etapas de execução, monitoramento e avaliação, bem como as relações existentes entre Estado e sociedade e o processo legal que concede legitimidade e competência aos envolvidos;
- IV. É aqui que é realizada a avaliação das capacidades estatais resultantes do arranjo, podendo ser técnico-administrativas ou políticas. A primeira poderá ser adequada se

o arranjo for capaz de produzir insumos associados ao envolvimento das organizações, recursos e expertise, além de abarcar os mecanismos de coordenação e controle entre os atores. Já as capacidades políticas poderão ser consideradas suficientes quando o arranjo for capaz de incluir os atores impactados pela política, os processos participativos, as interações entre as arenas de disputa política, os órgãos de controle e a produção de legitimidade para as ações pretendidas.

V. A última etapa engloba a avaliação dos efeitos produzidos pelo arranjo, sejam os constatados ou os almejados. Dessa forma, é possível justificar com base nesses achados o êxito ou o fracasso dos resultados da implementação.

Atrelado a esse estudo, foi mobilizado o Relatório de Avaliação da Controladoria Geral da União - CGU referente ao DEPEN, que tem como objetivo avaliar as capacidades estatais produzidas pelos arranjos institucionais das políticas penais relacionadas à promoção da cidadania nesse contexto, enfatizando a percepção da atuação intersetorial do Poder Executivo (BRASIL, 2018c). Dessa forma, a identificação dos arranjos foi feita e está disposta na etapa analítica do presente estudo.

### **2.3 Indicadores de Implementação do PROCAP**

Uma maneira para aplicar a abordagem analítica dos arranjos institucionais pode ocorrer a partir da construção de indicadores sociais de implementação. Apesar das diferenças sutis entre os diversos conceitos existentes de indicadores, há um consenso de que eles são fundamentais em todos os tipos de monitoramento e avaliação (RUA, 2004). Utilizados como instrumento capaz de auxiliar os gestores nas demais fases de uma política pública, os indicadores sociais reforçam a ideia da necessidade da coleta de informações para auxiliar os gestores acerca das melhorias e identificar os problemas presentes nos mais diversos contextos do Brasil.

De acordo com o documento elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2012, p.9), “os indicadores são ferramentas úteis para a gestão pública, tanto para revelar a situação atual das políticas, bem como para produzir subsídios para acompanhar a sua evolução”. Quanto a sua aplicabilidade no contexto prisional, Adorno (1991, p.70) afirma que “não são poucos os indicadores que espelham a precariedade do

sistema penitenciário brasileiro”. Isso se dá pelo fato da apuração das condições precárias comuns vividas pela população privada de liberdade, como por exemplo, superlotação, baixa oferta de serviços, violação de direitos, entre outros fatores que permitem com que os indicadores exponham tal realidade social aos gestores.

Dessa forma, Jannuzzi (2005, p.138) entende que os indicadores sociais “apontam, indicam, aproximam e traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente”. Eles permitem ainda integrar a subjetividade e a objetividade, partindo de evidências empíricas, possibilitando assim comparações e análises válidas e coerentes, dando suporte aos atores envolvidos no processo de tomada de decisão (JANNUZZI, 2005). Jannuzzi (2002) aponta ainda que o indicador social é um recurso metodológico capaz de informar a realidade vivida em determinado contexto social e suas respectivas mudanças, a partir do embasamento empírico que o acompanha.

Pautando-se nas percepções já apresentadas e direcionando o olhar para os quatro ciclos existentes do PROCAP, a proposta de criação de indicadores sociais de implementação baseados nas informações coletadas, pode permitir tanto aos gestores da esfera federal, quanto das administrações penitenciárias estaduais, um panorama do programa capaz de fornecer subsídios para a elaboração de intervenções pensadas para ações futuras. As propostas abarcaram a teoria relacionada aos processos de implementação, o reconhecimento da relevância dos indicadores mencionados nesta seção e a utilização das informações coletadas acerca do programa a ser analisado.

Depois da definição exposta por Jannuzzi (2005), ele define as propriedades dos indicadores sociais, sendo estas fundamentais para garantir a eles uma boa medida e referência de desempenho. Elas consistem em: relevância para a agenda política; validade de representação do conceito; confiabilidade da medida; cobertura populacional; sensibilidade às ações previstas; transparência metodológica; comunicabilidade; factibilidade operacional; periodicidade na sua atualização; desagregabilidade populacional e territorial e, por fim, comparabilidade histórica (JANNUZZI, 2005). Diante disso, cabe ressaltar ainda que o autor esclarece que, apesar de desejável, dificilmente a existência de todas essas propriedades estará contida em um único indicador, pois além da complexidade atribuída a elas, cada fase do ciclo de políticas públicas possui características distintas e, portanto, exigem propriedades específicas pertencentes a diferentes tipos de indicadores sociais.

Além das propriedades, esse mesmo autor aborda a taxonomia dos indicadores para a aplicação nas políticas públicas e cita alguns tipos de classificação que podem auxiliar nessa etapa (JANNUZZI, 2005). Segundo ele, o sistema comumente encontrado consiste na divisão dos indicadores sociais conforme o tema que pertencem, havendo também a classificação deles em objetivos e subjetivos, simples ou compostos. Outra divisão está relacionada com as etapas do ciclo de políticas públicas e seus respectivos indicadores, podendo ser indicador-insumo, indicador-processo, indicador-resultado e indicador-impacto. Como neste trabalho abordaremos a implementação de um programa de trabalho desenvolvido em âmbito prisional, Jannuzzi (2005) identifica que essa fase carece de indicadores sociais capazes de monitorar o que está sendo feito, levando em consideração a periodicidade que permite a sua atualização e as medidas específicas do programa.

Dessa forma, os indicadores de insumos e processos apresentados por Jannuzzi (2002) foram utilizados para categorizar os indicadores sociais elaborados. Os indicadores-insumo se referem às medidas que expressam a disponibilidade de recursos, sejam eles humanos, materiais ou financeiros que são alocados e interferem em determinada dimensão da realidade social. Ou seja, eles correspondem à mobilização que viabiliza a execução da política ou programa. No caso do PROCAP, os recursos repassados aos estados pelo FUNPEN, bem como as contrapartidas e os rendimentos das aplicações das unidades federativas podem ser interpretados como indicadores-insumo.

Já os indicadores-processo são considerados indicadores intermediários que promovem a ligação entre os indicadores de insumo e resultado, tendo em vista que expressam quantitativamente o esforço operacional da alocação dos recursos com o objetivo de promover o alcance das melhorias de bem-estar desejadas pelo programa (JANNUZZI, 2002). No PROCAP, essas informações correspondem ao número de oficinas ofertadas, quantidade de pessoas qualificadas por elas, contratação dos serviços, entre outros.

### **2.3.1 Consolidação da Proposta dos Indicadores**

A construção da proposta de indicadores baseou-se na concepção apresentada por Jannuzzi (2005) sobre o assunto. Em outra obra do autor (JANNUZZI, 2002), ele aponta as propriedades ideais dos indicadores em relação a fase do ciclo de políticas públicas na qual se pretende inseri-los. Apresenta então os indicadores de insumo e de processos como



importantes instrumentos de monitoramento da etapa de implementação, já que demonstram a aplicação dos recursos humanos, operacionais e financeiros na melhoria do bem-estar de determinada realidade social. Dito isso, os dados utilizados correspondem às informações coletadas no SICONV e nos projetos técnicos elaborados por cada estado. Além disso, o Relatório de Gestão do DEPEN (BRASIL, 2018b) foi utilizado como documento orientador para a obtenção dos números e da quantidade dos convênios.

Para consolidar a proposta dos indicadores, foram montadas duas planilhas no Excel a partir da tabela apresentada nesse relatório. Dela, foram extraídos os números dos convênios para a consulta no SICONV. Já no sistema foram coletados os dados referentes aos recursos repassados do FUNPEN, da contrapartida de cada estado, dos rendimentos da aplicação, do cronograma físico, do cronograma de desembolso aplicado, dos projetos técnicos e do monitoramento *in loco* mais recente. A primeira planilha contemplou as informações relacionadas diretamente aos estados e a segunda envolveu os dados detalhados de cada convênio celebrado, conforme exposto nos apêndices A e B. Após essa elaboração, criou-se uma pasta no programa *Qlik Sense Desktop*, onde as planilhas foram interligadas através de um campo comum entre elas. Os dados foram sincronizados e foi montado um painel interativo, disponível no apêndice C.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em questão tem caráter descritivo (GIL, 2002), já que pretendeu discorrer acerca das características de um programa específico, identificando as relações existentes entre os atores e as possíveis propostas de indicadores baseados nos dados encontrados de sua implementação. Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, a obtenção do material para a análise se deu primordialmente através da pesquisa documental. Isso quer dizer que foram mobilizados documentos que não passaram por um tratamento analítico (GIL, 2002), como por exemplo, o Relatório de Gestão do DEPEN do exercício de 2017 (BRASIL, 2018b), os projetos técnicos dos convênios do PROCAP e o Relatório de Avaliação apresentado pela CGU (BRASIL, 2018c). A pesquisa bibliográfica realizada obteve poucos resultados acerca dessa temática, portanto, utilizou-se embasamento o estudo proposto por Matos (2018), tendo em vista a relevância dada ao PROCAP pelo autor.

Dessa forma, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, sendo a parte qualitativa relacionada à análise exploratória dos arranjos institucionais a partir da concepção de Pires (2016) e da compreensão acerca da categorização dos indicadores sociais de implementação proposta por Jannuzzi (2002). Markoni e Lakatos (2010) encaram a abordagem qualitativa como um processo profundo de busca pela explicação dos fenômenos, levando em consideração os seus significados. Portanto, a compreensão dos arranjos e dos processos envolvidos na implementação do PROCAP, permitem uma aproximação com o tema das políticas públicas de fomento ao trabalho prisional e da elaboração de indicadores para essa área.

A parte quantitativa refere-se à análise e organização dos dados dos convênios celebrados para a implantação das oficinas que estão disponíveis para consulta no SICONV. Concomitante a isso, foram elaboradas duas planilhas para coordenar melhor os dados e aplicá-los em um programa que permite a realização dessa análise. De acordo com informações disponíveis no endereço eletrônico do programa *Qlik Sense Desktop*<sup>4</sup>, “o mecanismo associativo da *Qlik* indexa todas as relações possíveis em seus dados para que você possa obter *insights* imediatos e explorá-los em qualquer direção” (QLIK, 2019). O

---

<sup>4</sup> Informações acerca da empresa, licenças, termo de uso, recursos e produtos estão disponíveis em <https://www.qlik.com/pt-br>.

painel de indicadores montado no programa é interativo e permite a exploração dos dados de forma rápida.

A análise apresentada a seguir se baseou nos documentos que tratam do PROCAP, levando em consideração a discussão acerca da sua implementação elaborada mediante a identificação dos seus arranjos institucionais propostos por Pires (2016). Em seguida, foram sugeridos os indicadores sociais de insumos e processos conforme expostos por Jannuzzi (2002).

O Relatório de Gestão do exercício de 2017 do DEPEN (BRASIL, 2018b) apresenta uma tabela com os convênios e seus respectivos números para consulta no SICONV. De acordo com a redação disponível no documento, foram firmados 44 (quarenta e quatro) convênios entre os anos de 2012 e 2015. Em relação ao valor total dos recursos advindos do FUNPEN, os números equivalem a R\$36.953.516,00 e quando somados às contrapartidas dos estados e demais suplementações, como o rendimento das aplicações, totaliza R\$40.864.916,00.

Entretanto, abaixo da redação disposta no relatório em questão, existe uma tabela com o demonstrativo dos convênios e seus números correspondentes. Nela, encontram-se apenas 40 dos 44 convênios mencionados anteriormente. Tendo em vista que as informações fornecidas nela são de maior relevância para o estudo, optou-se por utilizá-la no embasamento da construção das planilhas que orientaram a elaboração da proposta de indicadores de implementação.

Observou-se também que nessa tabela existente no Relatório de Gestão (BRASIL, 2018b), os valores relativos ao convênio estabelecido no estado de São Paulo no ano de 2015 diferem dos números apresentados no SICONV e que os valores dos rendimentos do Distrito Federal (convênio nº.813708/2014), Mato Grosso (813712/2014), Sergipe (813709/2014), Santa Catarina (822265/2015) e Tocantins (822739/2015) não estão dispostos ali. Portanto, tendo em vista a maior completude dos valores exibidos no SICONV, adotou-se o exposto nessa plataforma. Diante disso, os números encontrados nesta pesquisa diferem dos mencionados no Relatório (BRASIL, 2018b).

## **4 CONSTRUÇÃO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS E DAS PROPOSTAS DE INDICADORES DO PROCAP**

A análise a seguir se dividiu em duas seções, sendo a primeira delas responsável por identificar os arranjos institucionais produzidos pelo PROCAP e a segunda referente à proposta dos indicadores de implementação para esse programa.

### **4.1 Identificando os Arranjos a partir da Descrição do PROCAP**

Encarado como “a principal linha de financiamento com recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional” (BRASIL, 2018b, p.29) e “o principal instrumento de fomento da política de trabalho prisional (MATOS, 2018, p.268), o PROCAP foi instituído no ano de 2012, atua sob a gestão do DEPEN e celebrou convênios com 23 estados, com exceção do Amapá, Pernambuco e Rio Grande do Norte. De acordo com o Relatório de Gestão (BRASIL, 2018b), a realização de cada ciclo é segmentada em 5 fases, sendo elas: o encaminhamento e a análise dos diagnósticos, o direcionamento e avaliação dos pré-projetos encaminhados pelos estados, a apresentação, análise e aprovação da proposta no SICONV, o repasse dos recursos, adequação dos espaços das oficinas, articulações locais, realização dos processos licitatórios, e a oferta de capacitações para o início das atividades propostas por cada oficina.

Identificado como o primeiro passo para mapear os arranjos institucionais (PIRES, 2016), o objetivo do programa é implementar oficinas de trabalho permanentes nos estabelecimentos penais e oferecer cursos profissionalizantes destinados ao público que reside nas penitenciárias (MATOS, 2018). A proposta das oficinas é atuar em diferentes áreas tais como construção civil, panificação e confeitaria, marcenaria, corte e costura industrial, serralheria, manutenção de tecnologia e informação e fabricação de fraldas, esta última exclusiva para os estabelecimentos femininos (BRASIL, 2018b). Desta maneira, as atividades buscam desenvolver as habilidades individuais e proporcionar que as pessoas em situação de privação de liberdade tenham contato com uma capacitação profissional no período de

reclusão. De antemão, ainda permitem a remissão da pena pelo trabalho e estudo, conforme estabelecido no artigo 126 da LEP<sup>5</sup> (BRASIL, 1984).

A sua organização ocorre por meio de ciclos com a duração de 24 (vinte e quatro) meses prorrogáveis mediante solicitação. O primeiro ciclo foi lançado em 2012 pela Portaria DEPEN nº 278, de 21 de junho de 2012<sup>6</sup>, e o último ciclo corresponde à Portaria DEPEN nº 119, de 06 de abril de 2015, totalizando 4 (quatro) ciclos durante esse período. O repasse dos recursos se deu através da celebração de convênios entre o DEPEN e os estados a partir dos chamamentos públicos de convocação para os interessados. Eles devem seguir os percentuais estabelecidos pela dotação orçamentária do FUNPEN e são complementados ainda com os valores de contrapartida dos estados. Assim, viabilizam a contratação dos serviços, a adequação dos espaços das oficinas, a alocação de bens e demais auxílios necessários. É importante destacar que todo o processo é documentado no SICONV e encontra-se disponível para consulta.

Sendo assim, para que as oficinas propostas se concretizem, o envolvimento dos atores é encarado como a segunda premissa desejável para que os arranjos ocorram (PIRES, 2016). Tendo em vista que o PROCAP pertence ao nicho de políticas públicas e projetos do DEPEN que mobiliza diversos setores para a promoção da cidadania (BRASIL, 2018c), devemos mencionar o papel deste departamento. Cabe a ele a gestão do FUNPEN e o acompanhamento da aplicação da LEP e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional discutidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

As secretarias de administração penitenciária estaduais também atuam como atores desse programa, pois ao serem contempladas com os recursos provenientes do convênio celebrado, passam a ser responsáveis por sua gestão e aplicação na adequação e funcionamento das oficinas. Os gestores dos estabelecimentos e as pessoas jurídicas contratadas para ministrar os cursos profissionalizantes entram nessa categoria também. O Tribunal de Contas da União – TCU foi identificado como o ator responsável pelo controle do cumprimento e da garantia das normas estabelecidas e previstas pelo DEPEN, haja vista que o conteúdo que compõe o Relatório de Gestão do departamento contém as atualizações acerca das ações, políticas e programas desenvolvidos. Em relação à participação política e da

---

<sup>5</sup> Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena (BRASIL, 1984).

<sup>6</sup> Portaria DEPEN nº 278, de 21 de junho de 2012, disponível em [http://www.editoramagister.com/doc\\_23454860\\_PORTARIA\\_N\\_278\\_DE\\_21\\_DE\\_JUNHO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.editoramagister.com/doc_23454860_PORTARIA_N_278_DE_21_DE_JUNHO_DE_2012.aspx)

sociedade, o departamento conta com um setor específico para tratar da agenda legislativa e canais de ouvidoria para integrar a sociedade.

Dito isso, o terceiro momento é marcado pelo mapeamento dos espaços e interações entre os atores identificados, com os instrumentos de coordenação e controle percebidos nas etapas de execução e monitoramento, além das relações entre Estado e sociedade, e as normas que incidem sobre a legitimidade concebida aos envolvidos (PIRES, 2016). Observou-se que no PROCAP as relações estabelecidas entre o DEPEN e as secretarias penitenciárias estaduais são documentadas e monitoradas essencialmente através do SICONV, por meio de relatórios *in loco* semestrais com registros fotográficos e catálogo patrimonial dos bens adquiridos. Somado a isso, tem-se ainda o Relatório de Gestão elaborado pelo DEPEN, que contém as informações de maneira sintetizada e seguem as orientações acerca da prestação de contas exigida pelo TCU. Sendo assim, esses são os instrumentos utilizados para coordenar e monitorar as atividades de implementação.

Em relação aos instrumentos que concedem legitimidade para os atores, podemos citar a LEP<sup>7</sup>, a lei complementar que institui a criação do FUNPEN<sup>8</sup>, o decreto que regulamenta essa lei<sup>9</sup>, o decreto que dispõe sobre as normas relacionadas às transferências de recursos da união mediante convênio e contratos de repasse<sup>10</sup>, além da lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária vigente<sup>11</sup>, e as portarias que se referem a abertura dos chamamentos públicos de participação dos estados<sup>12</sup>.

Para obter as respostas sobre o quarto elemento utilizado na abordagem dos arranjos, orientou-se pelo Relatório de Avaliação do DEPEN elaborado pela CGU (BRASIL, 2018c). A etapa compreende a avaliação das capacidades estatais resultantes do arranjo, podendo ser técnico-administrativas ou políticas (PIRES, 2016). A primeira está associada à capacidade do arranjo em envolver as organizações, os recursos e as competências, atrelando a elas os mecanismos de coordenação e controle entre os atores. Logo, como já foi dito, o DEPEN e os estados mantêm relações a partir de instrumentos formais documentados e registrados no SICONV. Lá constam os valores dos repasses, a movimentação bancária, os rendimentos das aplicações, os relatórios de monitoramento, os projetos técnicos, o plano de trabalho, entre

---

<sup>7</sup> Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

<sup>8</sup> Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

<sup>9</sup> Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

<sup>10</sup> Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

<sup>11</sup> Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

outros. Ademais, o TCU fiscaliza a sua execução através dos relatórios de gestão elaborados anualmente pelo departamento.

As capacidades políticas produzidas são consideradas satisfatórias quando incluem os atores impactados pelo programa, os processos participativos, as arenas de disputa política, entre outros. No caso do PROCAP, sendo o DEPEN o órgão responsável pela sua gestão, as capacidades políticas identificadas não são exclusivas do programa e pertencem à Coordenação-Geral de Políticas de Cidadania – CGPC. Segundo o Relatório de Avaliação da CGU (BRASIL, 2018c), o Serviço de Relações Institucionais – SERELI coordena a agenda legislativa do departamento com o auxílio da Coordenação-Geral de Assuntos Federativos Parlamentares – CGAFP.

No que tange a participação social, o DEPEN possui a Ouvidoria Nacional de Serviços Penais – ONSP, considerada a área responsável pelo tratamento das comunicações institucionais. Além dela, as cartas enviadas ao departamento funcionam como canal de comunicação. Não foram localizadas iniciativas que levem em consideração a percepção dos beneficiários das oficinas do programa e nem audiências ou consultas públicas que abordem essa temática.

A quinta e última etapa envolve a percepção dos efeitos produzidos pelos arranjos e possibilita que a partir deles se justifique o sucesso ou o fracasso dos resultados da implementação (PIRES, 2016). A começar, os arranjos possuem uma boa estruturação normativa para orientar os atores sobre as suas responsabilidades e demais obrigações. Entretanto, não aborda recomendações relevantes que versam sobre o tratamento e os direitos dos beneficiários do programa, além da inexistência de documentos que relatem a percepção desses usuários. No que tange as interações e os seus espaços, o SICONV é compreendido como o principal meio de intermediação da relação entre o DEPEN e os estados conveniados ao PROCAP.

Sugere-se a criação de mecanismos capazes de ampliar o compartilhamento e as experiências entre as unidades federativas e, além disso, estratégias capazes de incluir a opinião dos próprios beneficiários durante a execução das atividades. Em suma, considerando que não são estipuladas metas a serem alcançadas por cada ciclo, os arranjos contribuem para a implementação do programa, tendo em vista que delimitam de forma clara as competências

---

<sup>12</sup> Portaria DEPEN nº 69, de 06 de fevereiro de 2012, Portaria DEPEN nº 145, de 14 de maio de 2013, Portaria DEPEN nº 186, de 16 de abril de 2014 e Portaria DEPEN nº 119, de 06 de abril de 2015.

e cumprem com o objetivo estabelecido por cada chamamento. A figura a abaixo representa os arranjos institucionais identificados:

**Figura 2 - Arranjos Institucionais do PROCAP**



**Fonte:** Elaboração própria.

## 4.2 Propostas de Indicadores de Implementação para o PROCAP

Pautando-se nos estudos desenvolvidos por Jannuzzi (2002) acerca dos indicadores, optou-se por caracterizar as propostas em duas categorias, levando em consideração a sua natureza. Como a análise é direcionada para a implementação do PROCAP, a natureza dos indicadores sugeridos pelo autor para esse processo são o indicador-insumo e o indicador-processo. Além disso, foi destacada a forma utilizada para estruturá-los e a relevância de cada indicador, principalmente para elaborar análises futuras.

Sendo assim, o indicador-insumo está ligado à mobilização que viabiliza a execução do programa, considerando as medidas que expressam os recursos humanos e financeiros utilizados e os equipamentos destinados para interferir em determinada dimensão da realidade social (JANNUZZI, 2002). No caso do PROCAP, os recursos repassados aos estados pelo FUNPEN, bem como as contrapartidas e os rendimentos das aplicações das unidades federativas, podem ser interpretados como indicadores-insumo.

O indicador-processo é considerado um indicador intermediário que promove a ligação entre os indicadores de insumo e resultado, pois expressa quantitativamente o esforço



operacional da alocação dos recursos com o objetivo de promover o alcance das melhorias de bem-estar desejadas pelo programa (JANNUZZI, 2002). No PROCAP, essas informações correspondem ao número de oficinas ofertadas, a quantidade de pessoas beneficiadas por elas, a contratação dos serviços, a compra de bens e a estruturação dos locais.

Esclarecida essa natureza, algumas considerações precisam ser feitas acerca dos dados que foram utilizados. No presente estudo, o valor total encontrado é de R\$42.266.934,00. Esse número corresponde à soma dos recursos do FUNPEN, das contrapartidas dos estados e dos rendimentos das aplicações. Era esperado que o valor total das oficinas fosse condizente com o valor total do PROCAP, entretanto, a falta de especificação da destinação dos rendimentos das aplicações por alguns estados impossibilitou o agrupamento desses valores no montante do valor total das oficinas.

Ademais, o convênio de número 774253/2012 do Mato Grosso do Sul exibiu um saldo remanescente no valor R\$2.718,33 em que não foi especificado o seu destino, e o convênio nº 822674/2015 desse mesmo estado recebeu uma suplementação da contrapartida no valor de R\$16.693,95 aplicados de forma genérica no sistema, sem o seu destino detalhado. Somado às inconsistências mencionadas acima, a maior divergência encontrada corresponde ao convênio nº 822460/2015 de São Paulo, em que há uma diferença de R\$1.126.927,94 entre o valor total (R\$8.411.736,69) e o valor total das oficinas (R\$7.284.808,76).

Apresentadas tais inconsistências, o valor adotado para dar prosseguimento ao trabalho refere-se à soma do valor das oficinas, totalizando R\$40.138.560,58. Nesse caso, foram desconsiderados os valores relacionados aos rendimentos, ao saldo remanescente do convênio nº 774253/20 e a suplementação da contrapartida do convênio nº 822674/2015.

A primeira proposta de indicador considera o custo médio por tipo de oficina entre 2012 e 2015. Optou-se por englobar na tipologia das oficinas os cursos profissionalizantes independentes e a adequação dos laboratórios de informática, pois são ofertas que não dependem da implantação de oficinas próprias, mas vão de encontro com a proposta delas de capacitar as pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, os valores correspondem à adequação dos espaços, custo dos serviços, compra de maquinários e utensílios necessários para a consolidação das oficinas. No caso dos cursos profissionalizantes, o único gasto envolve a contratação da pessoa jurídica que realizará a capacitação. E nas salas de informática o valor contabilizado refere-se aos equipamentos adquiridos.

Esse indicador fornece aos gestores das secretarias penitenciárias estaduais a capacidade para planejar que a implantação das oficinas e cursos independentes seja pensada

a partir da disponibilidade dos recursos. Eles podem ainda considerar esses valores no processo de escolha dos estabelecimentos a serem contemplados, optando em implementar as oficinas com custo menor para abarcar um número maior de unidades ou executar mais cursos profissionalizantes que não dependem da existência desses espaços específicos. O custo médio é a razão da soma dos valores das oficinas e cursos (R\$40.138.560,58) pela quantidade de oficinas oferecidas (248). O custo médio total para a implantação das oficinas equivale a R\$161.849,03. Abaixo temos a representação do custo médio por tipo de oficina:

**Tabela 1 - Custo médio por tipo de oficina**

OFICINA	CUSTO MÉDIO
SERRALHERIA	R\$304.793,98
MARCENARIA	R\$240.006,99
FABRICAÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS	R\$198.909,58
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	R\$174.214,10
CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$171.827,16
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$161.295,80
PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$127.297,28
RECUPERAÇÃO DE MÓVEIS (FÁBRICA)	R\$75.157,84
<i>SILK SCREEN</i>	R\$64.616,09
CORTE, COSTURA E SERIGRAFIA	R\$58.904,32
FABRICAÇÃO DE FRALDAS	R\$52.863,09
INFORMÁTICA (SALA)	R\$30.407,58
PINTOR DE PAREDES (CURSO)	R\$20.450,67
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO (CURSO)	R\$19.931,64
ENCANADOR PREDIAL (CURSO)	R\$11.063,27
PEDREIRO E APLICADOR DE REVESTIMENTO (CURSO)	R\$11.063,27

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações coletadas no SICONV.

Com a tabela acima percebe-se que o custo médio para a implantação da oficina de serralheria é o mais elevado. Isso significa dizer que os gastos que envolvem a sua estruturação exigem uma maior disponibilidade de recursos. Dessa forma, os gestores podem adequar seus espaços para receber oficinas com custos médios viáveis aos seus orçamentos,

como por exemplo, panificação e confeitaria ou corte e costura industrial. Há de se considerar ainda os valores relativos aos custos médios dos cursos independentes, já que estes exigem uma reserva financeira bem menos abundante e seguem os mesmos objetivos pretendidos pelas oficinas. Classificou-se esse indicador como um indicador-insumo, já que a partir dele, o programa pode ser executado.

O segundo indicador proposto corresponde à relação entre a oficina ofertada e o público ao qual ela se destina, tendo em vista que são estabelecidos nos projetos técnicos o número dos beneficiários e os tipos de oficina implantadas em cada estabelecimento. Em relação ao preenchimento dessas informações, foi observado que em alguns casos existem desencontros entre o que está estabelecido no cronograma físico disponível no SICONV e os projetos técnicos, como por exemplo, alteração de oficinas, estabelecimentos ou público-alvo.

A importância desse indicador consiste na obtenção do conhecimento acerca das necessidades e habilidades de cada público, sendo possível analisar a existência de equilíbrio entre as ofertas e o público-alvo, levando em consideração a diferença entre as populações carcerárias feminina e masculina. Foram identificadas 16 (dezesesseis) tipos de oficinas e um total de 6.220 (seis mil duzentos e vinte) beneficiários. A tabela abaixo mostra essa relação:

**Tabela 2 - Relação entre oficina e público-alvo**

TIPO DE OFICINA	MASCULINO	FEMININO
SERRALHERIA	96%	4%
MARCENARIA	100%	0%
FABRICAÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS	100%	0%
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	92,3%	7,7%
CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	70,9%	29,1%
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO	94,1%	5,9%
PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	79,3%	20,7%
RECUPERAÇÃO DE MÓVEIS (FÁBRICA)	100%	0%
<i>SILK SCREEN</i>	0%	100%
CORTE, COSTURA E SERIGRAFIA	75%	25%
FABRICAÇÃO DE FRALDAS	0%	100%
INFORMÁTICA (SALA)	100%	0%
PINTOR DE PAREDES (CURSO)	100%	0%
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO (CURSO)	100%	0%
ENCANADOR PREDIAL (CURSO)	100%	0%

PEDREIRO E APLICADOR DE REVESTIMENTO  
(CURSO)

100%

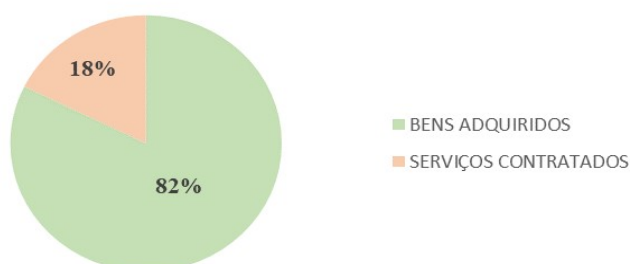
0%

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações coletadas no SICONV.

A partir da tabela observa-se que as atividades são direcionadas em sua maioria para o público masculino, sendo 8 (oito) tipos de oficinas oferecidas exclusivamente para eles. Apenas 2 (duas) são exclusivas para as mulheres, sendo a de fabricação de fraldas e *silk screen*. Outros 6 (seis) tipos de oficinas são ofertadas para ambos os gêneros, entretanto, a porcentagem dessas ofertas para o sexo feminino não chega a 50% em nenhum tipo de atividade. Haja vista o desequilíbrio constatado, os gestores das secretarias penitenciárias devem mobilizar esforços para ampliar essa oferta de maneira igualitária para ambos os sexos, além de adaptá-la às necessidades e habilidades de cada tipo de público. Esse pode ser considerado um indicador-processo, pois analisa aspectos que irão impactar o público pertencente a essa dimensão social.

O próximo indicador é entendido como um indicador-insumo e consiste na relação entre o valor gasto com a contratação de serviços e o valor gasto com a aquisição dos bens, resultando no valor total das oficinas. A partir dele é possível traçar comparativos entre essas contratações para verificar a existência de valores discrepantes entre essas aquisições para oficinas iguais em locais distintos. O indicador possibilita ainda planejar a contratação de mais cursos ou a compra de mais equipamentos para as oficinas, aumentando assim a qualidade das atividades oferecidas. Cabe explicar que o valor dos serviços corresponde as contratações das pessoas jurídicas que realizarão os cursos profissionalizantes, podendo uma oficina abranger a contratação de mais de um curso. Já o valor dos bens está relacionado com a compra de equipamentos e utensílios para equipar as oficinas. Essa relação está estabelecida no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Relação entre os serviços contratados e os bens adquiridos**



**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações coletadas no SICONV.

O gráfico acima mostra que de um total de R\$ 40.138.561,00 despendidos para realizar a implementação das oficinas, 18% representam valores relacionados a contratação de pessoas jurídicas para ministrar os cursos. O valor que representa esse percentual é de R\$ 8.629.295,00. A partir disso, apreende-se que os maiores gastos no montante total dizem respeito à compra de equipamentos e adequação dos espaços físicos, totalizando R\$ 31.509,266,00. Tendo em vista a importância dos cursos e o número médio de 27 beneficiários por curso, cabe aos gestores direcionar os gastos da melhor maneira para ministrar mais cursos e atender mais pessoas, já que essas atividades são entendidas como importante instrumento de reintegração social.

Já o cálculo do custo médio por beneficiário ao longo dos 4 (quatro) ciclos pode ser um indicador útil para acompanhar e comparar periodicamente as mudanças que ocorreram durante a implementação e os possíveis impactos dessas transformações para os apenados. No caso do PROCAP, o valor do custo médio por beneficiário pode variar de acordo com o tipo de oficina a ser analisada, entretanto, foi considerado para a elaboração deste indicador o resultado da divisão entre o valor total de todas as oficinas pelo número total dos beneficiários. Esse indicador-insumo pode ser representado na tabela abaixo:

**Tabela 3 - Custo médio por beneficiário**

<b>Valor total das oficinas</b>	<b>Total de beneficiários</b>	<b>Custo médio por beneficiário</b>
R\$40.138.561,00	6.220	R\$6.453,00

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações coletadas no SICONV.

Foi percebido que a depender do tipo de oficina implantada, existem diferenças significativas em relação a esse indicador que podem suscitar a investigação desses valores. Dois exemplos podem ser citados. O primeiro diz respeito ao custo médio por beneficiário da oficina de panificação e confeitaria e de serralheria. Enquanto a primeira tem um custo médio por beneficiário de R\$4.160,00, a segunda apresenta um valor de R\$13.034,00. Já o segundo exemplo demonstra o mesmo tipo de oficina em estados diferentes, como a oficina de corte e costura industrial no estado do Pará com um custo de R\$7.362,00 e no Maranhão com o valor de R\$ 22.124,00, ambas as oficinas implementadas em apenas 1 (um) estabelecimento prisional no ano de 2015.

O último indicador proposto corresponde ao alcance médio do PROCAP nos estabelecimentos penais. Ele é fundamental para subsidiar o planejamento futuro das ações que envolvem as atividades laborais nas unidades e para verificar se a implementação delas

cumpriu seus objetivos. Não foi encontrado nenhum documento que estabelecesse metas para serem alcançadas. Tendo em vista que o programa é considerado o principal instrumento de estímulo ao trabalho, observar esse comportamento é fundamental para estimular o aumento dessa oferta. O indicador é o resultado da divisão da média das médias da soma dos beneficiários por estabelecimento em relação à média da lotação das unidades e está representado na tabela abaixo:

**Tabela 4 - Alcance médio do PROCAP nos estabelecimentos**

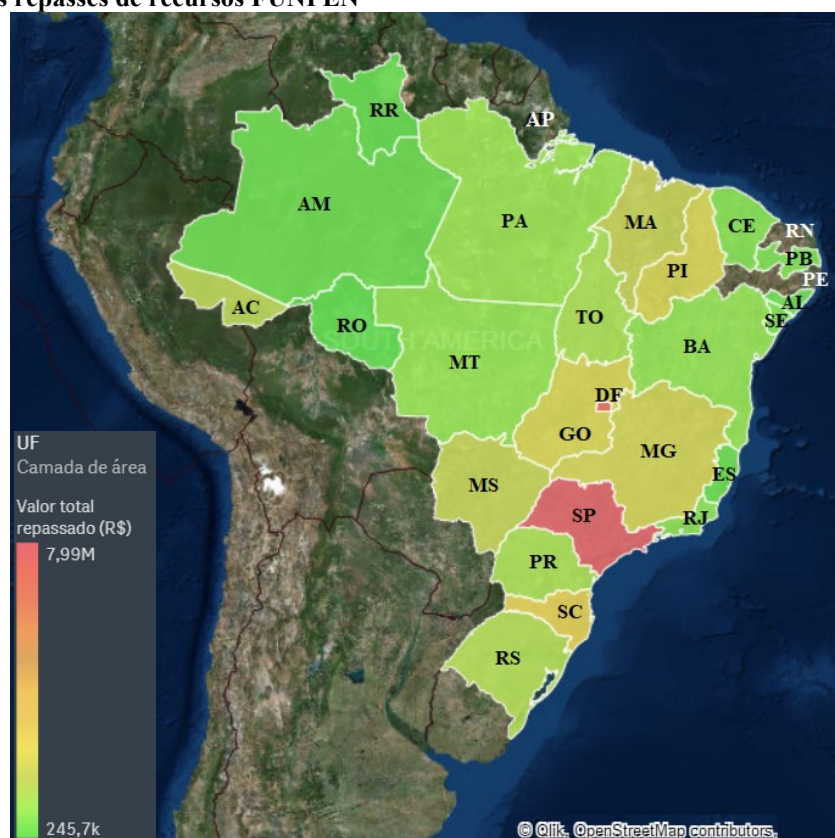
Média de lotação por estabelecimento	Média de beneficiários por estabelecimento	Alcance médio do PROCAP nos estabelecimentos
770	33	4%

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das informações coletadas no SICONV.

Como mencionado no Infopen, (DEPEN, 2017), apenas 15% das pessoas em privação de liberdade estavam envolvidas em atividades de trabalho no período de elaboração do relatório. O baixo percentual alcançado também pelo PROCAP evidencia a fragilidade ainda existente na implementação dessas iniciativas. Sendo assim, esse pode ser entendido como um indicador-processo, tendo em vista que esse número impacta diretamente a dimensão social do sistema prisional.

Ademais, a fim de ampliar o conhecimento acerca da implementação do programa, a figura abaixo revela a relação entre os estados e os recursos repassados advindos do FUNPEN entre os anos de 2012 e 2015. A cor verde representa os menores valores de repasses, a amarela os valores intermediários e a cor vermelha os valores mais elevados. A título de curiosidade, o estado do Amazonas recebeu R\$411.323,04 de recursos do fundo no ano de 2012, enquanto São Paulo recebeu R\$ 7.990.789,62 em 2015.

**Figura 3 - Mapa dos repasses de recursos FUNPEN**



**Fonte:** Elaboração própria, a partir do painel de indicadores criado no *Qlik Sense*.

Por conseguinte, diante das propostas de indicadores elaboradas, foi possível perceber que o PROCAP cumpre com o seu objetivo de implantar oficinas de trabalho e capacitação profissional, entretanto, o percentual do seu alcance nos estabelecimentos é baixo, a maior oferta de oficinas é para o público masculino, o custo médio por beneficiário é variável em relação ao tipo de oficina e ao estado que a implementa, e os gastos que envolvem a compra de materiais e adequação dos espaços são elevados se comparados aos serviços que são contratados. A partir dos indicadores elaborados e dos arranjos institucionais identificados, espera-se que esses instrumentos de gestão auxiliem a implementação tanto do PROCAP, quanto da PNAT e das demais iniciativas de fomento ao trabalho prisional no Brasil.

## CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo propor possíveis indicadores de implementação para o principal instrumento utilizado para fomentar o trabalho prisional. Para alcançá-lo, compreendeu-se primeiramente como é interpretada a relação entre o trabalho e a prisão, foram identificados os demais instrumentos capazes de incentivar essa atividade e a importância da implementação do PROCAP a partir da análise dos seus arranjos institucionais. Com isso, foram elaborados 5 (cinco) indicadores e justificada a relevância de cada um, levando em consideração a forma utilizada para estruturá-los e a natureza mencionada por Jannuzzi (2002).

Os materiais utilizados na pesquisa foram a LEP, as portarias que realizam os chamamentos públicos de celebração dos convênios entre os estados, as produções acadêmicas relacionadas ao trabalho prisional, o Relatório de Gestão do DEPEN, o Relatório de Avaliação da CGU e, principalmente, os convênios do PROCAP registrados no SICONV. Esses documentos possibilitaram a definição dos arranjos institucionais que compõem o programa e a elaboração das sugestões dos indicadores.

No capítulo analítico foi possível estruturar os instrumentos de gestão para a implementação do PROCAP através da identificação dos arranjos que o integram e da elaboração das propostas dos seus indicadores. No tocante aos arranjos produzidos, constatou-se que existem poucas produções acadêmicas que tratam sobre esse desenho no contexto do trabalho prisional e que os documentos que encontram-se disponíveis são voltados para uma abordagem institucional. As atribuições e formas de monitoramento são bem delimitadas para os atores, entretanto não foram mencionados mecanismos que busquem identificar as percepções dos próprios beneficiários das oficinas e cursos oferecidos.

Na segunda parte analítica, alguns desafios foram impostos no processo de construção dos indicadores. O primeiro deles foi de sistematizar os dados contidos no SICONV, já que eles estão dispostos em diferentes formatos, como PDF, Excel e Word. O segundo foi lidar com as inconsistências encontradas entre o preenchimento dos projetos técnicos e as informações expostas no sistema, como mudanças de estabelecimentos, transferências de oficinas, falta de especificação da aplicação dos rendimentos, entre outros. As divergências não impediram a construção das sugestões dos indicadores, entretanto foi importante salientar essa existência na análise. Os indicadores revelaram que o PROCAP mobilizou R\$



40.138.561,00 na implantação de oficinas de capacitação profissional, atendendo 6.220 pessoas privadas de liberdade, a um custo médio de R\$6.453,00 por beneficiário, em estabelecimentos penais masculinos e femininos, atingindo um alcance médio nacional de 4% nos estabelecimentos.

Portanto, a realização deste estudo permitiu abordar o processo de gestão do trabalho na prisão, bem como da implementação de um programa relevante nessa área. Cumpriu com os seus objetivos na medida em que foi capaz de sugerir indicadores significativos para o processo de execução e monitoramento das iniciativas, apesar das inconsistências e o baixo alcance constatados. Para a realização de trabalhos futuros, sugere-se a inclusão da percepção e necessidades dos beneficiários, a consolidação de dados bem estruturados e atualizados, e estudos que discorram sobre maneiras de integrar as diretrizes da PNAT junto ao PROCAP, considerando principalmente os documentos que tratam do direito ao trabalho para os indivíduos em privação de liberdade. Espera-se que os instrumentos de gestão desenvolvidos no presente trabalho e as sugestões postas, sejam capazes de fortalecer as iniciativas em prol da busca da reintegração social das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, n.9, p. 65-78, 1991.
- ALMEIDA, Daniela Tonizza; AMARAL, Thaísa Vilela Fonseca; BARROS, Vanessa Andrade. Considerações sobre trabalho e cárcere. In: (org.) FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara. **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 413-436, 2017.
- AMARAL, Cláudio do Prado. Trabalho e cárcere. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. jan./abr. 2017, p. 153-168, 2017.
- ARAÚJO, Sérgio Luiz Souza. A prisão: questionamentos acerca da ideia de ressocialização. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n.60, p. 435-451, jan./jun. 2012.
- BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. **Universidade de Saarland, RFA - Alemanha Federal**, 1990. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 13 maio 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores -Orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília: MP, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 2018a Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm). Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/direx/cofiplac/processo-de-contas-anuais/EditalChamamentoPblico.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório de Avaliação – Departamento Penitenciário Nacional**. Brasília, 2018c. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/11610.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- CORREA, Maria Aparecida da Cruz; SOUZA, Rafaelle Lopes. Origem e relação do trabalho com o ser humano e as limitações do trabalho na prisão. **Textos & Contextos**, v. 15, n. 1, p. 126, 2016.

CUNILL-GRAU, Nuria. A Intersetorialidade nas novas políticas sociais: uma abordagem analítico-conceitual. **Cadernos de Estudos e Desenvolvimento Social em Debate**, n.26, p. 35-66, Brasília, abri. 2016.

DEPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: Infopen**. Atualização - Junho de 2016. Brasília, 2017: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf). Acesso em: 23 mar. 2019.

ESTANISLAU, César Vale; MORAIS, Mariana Teodoro de. Entre a ressocialização do apenado e a violação de direitos fundamentais. In: (org.) FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara. **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 117-138, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhante. ed.42. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GIL, 1999 - GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, 2002 - GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v.5, n.61, 2002.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Capacidades estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para a análise de políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, cap.1, p.15-28, 2014.

HILL, Michael; HUPE, Peter. *Implementing Public Policy: Governance in Theory and in Practice*. Sage, 2002.

HILL, Michael. Implementação: Uma visão Geral. In: (org.) SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, v.2, p. 61-90 2006.

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n.1, p.51-72, jan/fev 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v.56, n.2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 529–596, 2010.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n. 48, p.101-110, 2013.

MACHADO, Bruno Amaral; SLONIAK, Marcos Aurélio. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Revista Direito GV**, v.11, n. 1, p. 189-222, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATOS, Franco de. Instrumentos de políticas ativas para o fomento do trabalho prisional no Brasil. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas** v.2, n.2, p. 1438-1454, 2017. Disponível em:

[https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723161119\\_70\\_Instrumentos\\_de\\_politicas\\_ativas\\_Franco\\_de\\_Matos.pdf](https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20180723161119_70_Instrumentos_de_politicas_ativas_Franco_de_Matos.pdf). Acesso em: 8 maio 2019.

MATOS, Franco de. Direito ao trabalho no sistema prisional: proposta de princípios e diretrizes para a construção de uma política nacional de fomento ao trabalho no sistema prisional. In: VITTO, R. C. P.; DAUFEMBACK, V. (org.). **Para além da prisão: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil**. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito, cap. 11, p. 267-281, 2018.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Arranjos institucionais para implementação de políticas e ações governamentais em direitos humanos. In: DELGADO, Ana Luiza de Menezes *et al.* **Gestão de Políticas Públicas – Coletânea**. Brasília: ENAP, 2016, p. 189-210.

QLIK. 2019. Disponível em <https://www.qlik.com/pt-br/products/qlik-sense>. Acesso em: 10 maio 2019

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Mimeo, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2004. 20p.

TINOCO, Dandara. **O trabalho na prisão e na vida em liberdade: oportunidades e desafios da Política Nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2019. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2019/05/2019-05-31-AE40\\_Trabalho-na-Prisao-PNAT.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2019/05/2019-05-31-AE40_Trabalho-na-Prisao-PNAT.pdf). Acesso em: 03 jun. 2019.

VIANA, Lurizam Costa. Trabalho e educação como instrumentos de emancipação nas prisões. In: (org.) FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara. **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 93-116, 2017.

WINTER, 2010 – WINTER, S. C. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. **PIERRE, Jon; PETERS, Guy B. Administração Pública: Coletânea. Brasília**, p. 209-228, 2010.

WU, Xun *et al.* **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014.

ZAMPIER, Débora. ‘Culpa de ninguém’: entendendo falhas institucionais na gestão do sistema prisional. In: (org.) VITTO, R. C. P.; DAUFEMBACK, V. **Para além da prisão:**

reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito, cap. 3, p.79-112, 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Estruturação dos dados do PROCAP referente aos estados

UF	Nº SICONV	ENCERRADO	BENEFICIÁRIOS	RECURSOS FUNPEN	CONTRAPARTIDA	RENDIMENTOS	UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS	VALOR TOTAL	Nº ETAPAS (QTD. DE OFICINAS PERMANENTES)	QTD. DE RESP. PELA ÁREA DE REINTEGRAÇÃO NA UF
ALAGOAS	775021/2012	NÃO	80	R\$330.000,00	R\$32.999,67			R\$362.999,67	4	128
BAHIA	774678/2012	NÃO	120	R\$299.744,23	R\$29.746,67			R\$329.490,90	6	11
CEARÁ	774480/2012	SIM	150	R\$300.937,34	R\$30.835,00	R\$61.486,93		R\$393.259,27	2	33
DISTRITO FEDERAL	774198/2012	NÃO	60	R\$328.836,67	R\$35.542,77			R\$364.379,44	3	
ESPÍRITO SANTO	774561/2012	NÃO	80	R\$283.150,18	R\$56.364,50	R\$15.107,85	Uso dos rendimentos p/ suplementação da oficina de tijolos ecológicos	R\$354.622,53	4	13
MARANHÃO	774361/2012	NÃO	100	R\$328.121,44	R\$34.972,00			R\$363.093,44	3	14
MATO GROSSO DO SUL	774253/2012	NÃO	140	R\$324.164,30	R\$34.194,00	R\$39.312,36	Uso dos rendimentos p/ compra de materiais e insumos - curso corte e costura est. Penal Jair Ferreira de Carvalho	R\$397.670,66	7	18
PARÁ	774532/2012	NÃO	40	R\$329.467,07	R\$37.197,23	R\$15.692,04		R\$382.360,34	4	394
PARAÍBA	774511/2012	SIM	160	R\$330.000,00	R\$26.760,00			R\$356.760,00	3	16
PIAUÍ	774325/2012	NÃO	150	R\$329.521,73	R\$36.579,40			R\$366.101,13	10	165
PARANÁ	774508/2012	NÃO	125	R\$299.381,01	R\$59.501,34	R\$33.599,50	Uso dos rendimentos p/ complementar os valores das 5 etapas - R\$ 13.048,56, uso p/ capital (R\$10.034,00) e custeio (R\$382,94), compra de betoneira, prensa e triturador - R\$10.134,00	R\$392.481,85	5	30
RONDÔNIA	774479/2012	NÃO	140	245.700,99	27.300,11			R\$273.001,10	4	17
RORAIMA	774460/2012	NÃO	60	R\$299.702,63	R\$21.372,46			R\$321.075,09	3	36
RIO GRANDE DO SUL	774563/2012	NÃO	100	R\$300.000,00	R\$71.618,81	R\$25.657,05	23779,4 GASTOS NA CO	R\$397.275,86	4	449
TOCANTINS	774463/2012	NÃO	60	R\$303.118,17	R\$27.569,46			R\$330.687,63	3	8
AMAZONAS	791666/2013	NÃO	60	R\$411.323,04	R\$22.706,88			R\$434.029,92	2	10
GOIÁS	795276/2013	NÃO	115	R\$913.598,25	R\$75.020,27			R\$988.618,52	4	11
MINAS GERAIS	795323/2013	NÃO	40	R\$573.455,83	R\$87.362,41	R\$505.542,90	R\$159.969,13 - NÃO FOI	R\$1.166.361,14	5	5
RIO DE JANEIRO	791984/2013	NÃO	400	R\$329.818,88	R\$36.870,15			R\$366.689,03	4	18
DISTRITO FEDERAL	813708/2014	NÃO	300	R\$474.199,32	R\$33.033,33	R\$27.948,23		R\$535.180,88	1	
MATO GROSSO	813712/2014	NÃO	300	R\$726.456,20	R\$39.300,00	R\$164.195,48	COMPRA DE MATERIAIS	R\$929.951,68	13	23
SERGIPE	813709/2014	NÃO	300	R\$171.665,16	R\$9.142,25	R\$12.826,84		R\$193.634,25	2	18
ACRE	823900/2015	SIM	165	R\$1.595.120,51	R\$43.036,53			R\$1.638.157,04	5	38
BAHIA	824210/2015	NÃO	200	R\$567.171,92	R\$14.598,44			R\$581.770,36	9	25
CEARÁ	822659/2015	NÃO	20	R\$303.950,04	R\$8.049,96			R\$312.000,00	1	39
DISTRITO FEDERAL	822743/2015	SIM	290	R\$6.287.643,04	R\$180.800,00			R\$6.468.443,04	18	194
GOIÁS	822632/2015	NÃO	85	R\$1.298.002,32	R\$36.594,90			R\$1.334.597,22	7	4
MARANHÃO	824214/2015	NÃO	115	R\$1.497.485,12	R\$40.306,43			R\$1.537.791,55	6	11
MINAS GERAIS	824548/2015	NÃO	105	R\$947.338,03	R\$50.670,60			R\$998.008,63	7	5
MATO GROSSO DO SUL	822674/2015	NÃO	280	R\$1.395.992,28	R\$35.385,25			R\$1.431.377,53	18	14
PARÁ	822734/2015	NÃO	290	R\$648.551,39	R\$16.679,87			R\$665.231,26	9	391
PARAÍBA	824461/2015	NÃO	40	R\$214.118,31	R\$5.792,10			R\$219.910,41	2	13
PIAUÍ	822381/2015	NÃO	185	R\$1.939.024,61	R\$49.720,04			R\$1.988.744,65	13	195
PARANÁ	822249/2015	NÃO	140	R\$842.226,32	R\$45.036,04			R\$887.262,08	7	55
RIO DE JANEIRO	824976/2015	NÃO	80	R\$372.127,75	R\$19.966,78			R\$392.094,53	4	20
RIO GRANDE DO SUL	822383/2015	NÃO	210	R\$973.983,96	R\$54.040,80			R\$1.028.024,76	6	582
SANTA CATARINA	822265/2015	NÃO	140	R\$2.840.140,58	R\$146.124,50	R\$47.046,09	USO DOS RENDIMENTO	R\$3.033.311,17		
SERGIPE	824880/2015	NÃO	200	R\$379.373,40	R\$12.433,48			R\$391.806,88	4	4
SÃO PAULO	822460/2015	NÃO	688	R\$7.990.789,62	R\$420.947,07			R\$8.411.736,69	20	247
TOCANTINS	822739/2015	NÃO	480	R\$853.273,12	R\$59.954,54	R\$33.714,00	USO PARA COMPLEMEN	R\$946.941,46	8	4

# APÊNDICE B – Detalhamento de cada convênio

INSCRIÇÃO	ESTABELECIMENTO FISCAL	CAPACIDADE	LOTAÇÃO	CLASSE	ESPECIFICAÇÃO DAS OFICINAS (UMA EM CADA ESTABELECIMENTO)	CUSTO POR OFICINA (SERVIÇOS)	VALOR TOTAL DOS BENS (EQUIPAMENTOS) POR OFICINA	VALOR TOTAL DE CADA OFICINA	PÚBLICO-ALVO	BENEFICIÁRIOS POR OFICINA	OBSERVAÇÕES	ANO
77450/1/2012	PRES. TO AGRESTE	789	789	OFICINA	ARTIFATOS DE CONCRETO	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	EST. PRISIONAL FEMININO SANTANA LUIZA	24	208	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	NÚCLEO DE RESSOCIALIZAÇÃO DA CAPITAL	157	126	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	PRES. TO AGRESTE	642	1304	OFICINA	BLOCOS E TIJOLITOS ECOLÓGICOS	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL DE FERRAS DE SANTANA	642	1304	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL FEMININO ENSAIAVADOR	642	1304	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL DE FERRAS DE SANTANA	642	1304	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL DE JEQUÊ	642	1304	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL DE SMOES RIHO	642	1304	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CONJ. PENAL FEMININO ENSAIAVADOR	642	1304	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. INDUSTRIAL E REGIONAL DO CARIBÉ	569	519	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	PEN. INDUSTRIAL E REGIONAL DO SORBAI	569	519	OFICINA	ARTIFATOS DE CONCRETO	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	80		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DO DF	504	831	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	70		2012
77450/1/2012	PEN. DO DF I	1584	2911	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	PEN. AGRICOLA DOES	425	425	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	40		2012
77450/1/2012	CENTRO PRISIONAL FEMININO DE COLATINA	312	312	OFICINA	BLOCOS E TIJOLITOS ECOLÓGICOS	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE LINHARES	408	408	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	40		2012
77450/1/2012	PEN. REGIONAL DE IMPERATRIZ			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	40		2012
77450/1/2012	UN. PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DO OLHO D'ÁGUA	116	154	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	40		2012
77450/1/2012	UN. PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	EST. PENAL DE BATAVASSU	56	89	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20	REMANESCENTE DE R\$2.718,33, NÃO ESPECIFICADO NO CUSTO DO CURSO	2012
77450/1/2012	EST. PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	60	80	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	EST. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	642	1304	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. HARRY ANDRIM COSTA	773	1608	OFICINA	BLOCOS E TIJOLITOS ECOLÓGICOS	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	EST. PENAL DE CONJURÁ	178	465	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	EST. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	EST. PENAL DE PARANÁ			CURSO	PINTOR DE PAREDES	R\$20.450,67	R\$20.450,67	R\$20.450,67	M	20	MATERIAL INCLUIDO NO CUSTO DO CURSO	2012
77450/1/2012	COL. AGRIC. HELENO FRAGOSO	200	435	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	M	20		2012
77450/1/2012	CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO	480	635	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$26.478,39	R\$26.309,00	R\$1.877,31	F	20		2012
77450/1/2012	PRES. SILVIO PORTO	612		OFICINA	ARTIFATOS DE CONCRETO	R\$21.300,00	R\$209.860,00	R\$131.760,00	M	60	NO RPA, TEC. A OFICINA CORRESPONDE A LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	2012
77450/1/2012	PEN. PADRÃO ROMERON DOBREGA	180		OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$20.050,00	R\$24.950,00	R\$14.000,00	M	60		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DE CAMPINA GRANDE	30		OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$11.366,67	R\$6.033,33	R\$6.000,00	F	40		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DE TERESINA	115	92	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$8.448,27	R\$7.522,40	R\$5.800,67	F	15		2012
77450/1/2012	PEN. MISTAJUZ FONTEBIANCA	198	387	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$11.063,27	R\$7.522,40	R\$5.800,67	F	15		2012
77450/1/2012	CASA DE CUSTÓDIA PROF. JOSÉ RIBAMAR LEITE	295	230	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. GONÇALVES DE CASTRO LIMA			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. MISTAJUZ FONTEBIANCA	49	71	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. REGIONAL DE OLINDAS	144	299	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. REGIONAL JOSÉ DE DEUS BARROS			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. MISTAJUZ FONTEBIANCA			OFICINA	ENCAMADOUR PREDIAL	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. REGIONAL JOSÉ DE DEUS BARROS			OFICINA	MANUTENÇÃO DE LAR CONDICIONADO	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. GONÇALVES DE CASTRO LIMA			OFICINA	PEDREIRO E APICADOR DE REVESTIMENTO	R\$11.063,27	R\$2.889,66	R\$41.753,93	M	15		2012
77450/1/2012	PEN. ESTADUAL DE MARINGÁ	360	382	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$17.860,09	R\$17.860,09	R\$17.860,09	M	25	NÃO CONSTAM OS VALORES DOS SERVIÇOS	2012
77450/1/2012	PEN. ESTADUAL DE LONDRINA	504	554	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$17.860,09	R\$17.860,09	R\$17.860,09	M	25		2012
77450/1/2012	CENTRO DE REGIME SEMIABERTO DE PONTA GROSSA	420	405	OFICINA	BLOCOS E TIJOLITOS ECOLÓGICOS	R\$12.593,33	R\$12.593,33	R\$12.593,33	F	25		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DO PARANÁ	370	405	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$5.884,43	R\$5.884,43	R\$5.884,43	F	25		2012
77450/1/2012	PEN. ESTADUAL DE CASCAVEL	360	323	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$5.884,43	R\$5.884,43	R\$5.884,43	F	25		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DE PORTO VELHO	79	130	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$25.600,00	R\$44.707,64	R\$7.307,64	F	20		2012
77450/1/2012	PEN. FEMININA DE PORTO VELHO			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$25.600,00	R\$44.707,64	R\$7.307,64	F	20		2012
77450/1/2012	PEN. REGIONAL DE ROLIM DE MOURA	120	140	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$25.600,00	R\$44.707,64	R\$7.307,64	F	20		2012
77450/1/2012	CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO VALE DO GIAPORÉ	216	286	OFICINA	MANUTENÇÃO DE LAR CONDICIONADO	R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$28.800,00	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. AGRICOLA DE MONTE CRISTO	250	1370	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$28.800,00	R\$28.800,00	R\$28.800,00	M	20		2012
77450/1/2012	CABANA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA	92	132	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$16.133,38	R\$16.133,38	R\$16.133,38	F	20		2012
77450/1/2012	PEN. AGRICOLA DE MONTE CRISTO			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$16.133,38	R\$16.133,38	R\$16.133,38	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. ESTADUAL DE ARIQUÊS DOS RIOS			OFICINA	MARCEARIA	R\$50.190,53	R\$50.190,53	R\$50.190,53	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. MODULAR DE COSÓRIO	656	102	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$30.637,80	R\$30.637,80	R\$30.637,80	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. MODULAR DE COSÓRIO			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$30.637,80	R\$30.637,80	R\$30.637,80	M	20		2012
77450/1/2012	PEN. MODULAR ESTADUAL AG. PEN. JAIR RIBEIRO	592	1144	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$40.346,36	R\$40.346,36	R\$40.346,36	M	20		2012
77450/1/2012	CASA DE PRISÃO PROVÍNCIA DE PALMAS	260	411	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$42.800,94	R\$42.800,94	R\$42.800,94	M	20		2012
77450/1/2012	UN. DE TRAT. PENAL BARBA DA GROTA	400	204	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$42.800,94	R\$42.800,94	R\$42.800,94	M	20		2012
77450/1/2012	CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DO AMANHÃ	280	324	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$42.800,94	R\$42.800,94	R\$42.800,94	M	20		2012

79866/2013	COMPLEXO PEN. ANÍSIO JORNIFECADO	480	1029	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$46.726,30	R\$170.288,66	R\$217.014,96	M	30		2013
79866/2013	PEN. FEMININA DE MANAUS		Q2	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$46.726,30	R\$170.288,66	R\$217.014,96	F	30	Inicialmente a oficina será na Colônia Agrícola Anísio Jobim, pública alvo masc.	2013
79927/2013	PRES. REGIONAL DE SARANDI	280	300	FÁBRICA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$37.480,00	R\$386.990,02	R\$544.470,02	M	40		2013
79927/2013	UN. PENAL DE CERES	80	87	FÁBRICA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$18.740,00	R\$306.990,02	R\$525.730,02	M	20		2013
79927/2013	COMPLEXO PRISIONAL	750	1480	CENTRO	RECLUTAMENTO DE MÓVEIS			R\$75.157,84	M	10		2013
79927/2013	PEN. COBRIN GUIMARÃES	800	1650	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	10	O VALOR DAS SAÍDAS DE INFORMÁTICA ENVOLVE APENAS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE ITABERAÍ	55	71	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE LUGÂNIA	120	312	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE CATALÃO		246	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE SÃO LUÍZ DE MONTES BELOS	80	87	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE UBAJAU	52	122	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE FORMIGA	85	140	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79927/2013	UN. PRISIONAL DE ACRÓPOLA	60	98	SALA	INFORMÁTICA			R\$30.407,58	M	5		2013
79932/2013	PEN. AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	502	669	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$20.853,34	R\$109.996,87	R\$530.449,01	M	15		2013
79932/2013	PRES. JOÃO PINHEIRO	194	274	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$20.852,14	R\$109.996,87	R\$530.449,01	M	15		2013
79932/2013	PRES. FEMININO JOSÉ ABRANCHES GONÇALVES	126	116	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$20.853,34	R\$109.996,87	R\$530.449,01	F	10		2013
79932/2013	APAC MG	86	63	FÁBRICA	ARTEFATOS DE CONCRETO			R\$530.449,01	M	15		2013
79932/2013	APAC MG			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA			R\$199.022,19	M	15		2013
79984/2013	CADEIA PÚBLICA JOAQUIM FERREIRA	306	343	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$62.285,61	R\$46.949,71	R\$79.205,32	F	100		2013
79984/2013	PEN. ALFREDO TRIANIAN	960	1338	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$62.285,61	R\$46.949,71	R\$79.205,32	M	100		2013
79984/2013	PEN. TALAVERA BRUCE	330	388	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$36.870,15	R\$9.200,92	R\$129.073,07	F	160		2013
79984/2013	PEN. TALAVERA BRUCE			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$62.285,61	R\$46.949,71	R\$79.205,32	F	40		2013
81370/2014	PEN. DO DFI	288	1464	OFICINA	SERVALHERIA			R\$507.232,65	M	100	NO PROJETO TÉCNICO A OFICINA CRIADA SERÁ DE CORTE E COSTURA INDUSTRIAL NO CPP	2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE BARRA DO GARÇAS	100	150	OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$84.871,00	M	30		2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE PRIMAVERA DO LESTE	60	160	OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$84.871,00	M	30		2014
81371/2014	PEN. CENTRAL DE CUIABÁ	800	1745	OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$84.871,00	M	30		2014
81371/2014	PEN. FEMININA ANA MARIA DO OUTOIRO MAY	260	150	OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$84.871,00	F	30	OS DEMAIS ESTABELECIMENTOS NÃO CONSTAM NO PROJETO TÉCNICO, POR HOJE SERAM ALTERAÇÕES QUE NÃO FORAM ATUALIZADAS	2014
81371/2014	PEN. MAIOR ELDO DE SA CORREA			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$84.871,00				2014
81371/2014	PEN. CENTRAL DE CUIABÁ			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$2.053,33				2014
81371/2014	PEN. MAIOR ELDO DE SA CORREA			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$31.328,00				2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE CACERES			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$4.928,91				2014
81371/2014	CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CUIABÁ			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$80.000,00				2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE JUÍNA			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$48.280,24				2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE NORTE LÂNDIA			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$48.280,24				2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE PEIXOTO DE AZEVEDO			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$48.280,24				2014
81371/2014	CADEIA PÚBLICA DE SINOP			OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$48.280,24				2014
81370/2014	COMPLEXO PEN. MANOEL CARVALHO NETO	800	2229	OFICINA	CORTE, COSTURA, ESERIGRARIA			R\$116.191,32	M	200		2014
81370/2014	PRES. FEMININO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	175	245	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA			R\$46.616,09	F	100		2014



823900/2015	UN. DE REGIME FECHADO Nº1	341	1131	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	RS18.600,00	RS276.720,38	R\$96.370,38	M	30	2015
823900/2015	UN. DE REGIME FECHADO FEMININO			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS38.400,00	RS222.701,26	R\$61.107,26	F	30	2015
823900/2015	UN. DE REGIME FECHADO FEMININO	128	165	OFICINA	PANIFICAÇÃO DE FRAIDAS		RS8.341,97	R\$47.745,86	F	30	2015
823900/2015	UN. DE REGIME SEMABERTO Nº1	221	127	OFICINA	MARCENARIA	RS8.750,00	RS203.295,52	R\$200.045,52	M	15	2015
823900/2015	UN. PEN. MANOEL NERY DA SILVA	724	541	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS31.200,00	RS388.248,01	R\$419.448,01	F	30	2015
823900/2015	UN. PEN. DO QUINARI	588	534	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS31.200,00	RS388.248,01	R\$419.448,01	M	30	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE TABUBA	574	1284	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS14.923,65	RS22.408,15	RS37.331,80	M	15	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE JEQUIÉ	416	1082	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS14.923,65	RS22.408,15	RS37.331,80	M	15	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE LAURO DE FREITAS	430	430	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS14.923,65	RS37.554,06	RS52.477,71	M	15	2015
824210/2015	COL. LAYETTE COUTINHO	284	463	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS38.951,53	RS75.730,65	M	25	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE EUNÁPOLIS	457	605	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS38.951,53	RS75.730,65	M	25	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE UAUZEIRO	794	348	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS38.951,53	RS75.730,65	M	25	2015
824210/2015	CONJ. PENAL DE VALENÇA	238	487	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS38.951,53	RS75.730,65	M	25	2015
824210/2015	PRIS. DE SALVADOR	784	834	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS38.951,53	RS75.730,65	M	25	2015
824210/2015	PRIS. REGIONAL DE PAULO AFONSO	410	286	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS36.779,12	RS39.196,68	RS75.975,80	M	25	2015
824210/2015	PEN. INDUSTRIAL REGIONAL DO CARIRI	549	703	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS234.913,33	RS77.086,67	R\$312.000,00	M	20	2015
822743/2015	PEN. DO DF I	1464	3230	OFICINA	BLOCOS E TIPOLOS ECOLÓGICOS	RS61.000,00	RS356.531,98	R\$417.531,98	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	1212	3536	OFICINA	BLOCOS E TIPOLOS ECOLÓGICOS	RS61.000,00	RS356.531,98	R\$417.531,98	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE INTERNOAMENTO E REEDUCAÇÃO	793		OFICINA	BLOCOS E TIPOLOS ECOLÓGICOS	RS61.000,00	RS356.531,98	R\$417.531,98	M	20	2015
822743/2015	PEN. DO DF I			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS23.604,42	RS165.078,76	RS188.683,18	F	20	2015
822743/2015	PEN. FEMININA DO DF	542	790	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS23.604,42	RS165.078,76	RS188.683,18	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE INTERNOAMENTO E REEDUCAÇÃO			OFICINA	FABRICAÇÃO DE FRAIDAS	RS45.200,00	RS116.768,84	R\$161.968,84	F	20	2015
822743/2015	PEN. FEMININA DO DF	1500	3378	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	RS23.325,88	RS419.874,09	R\$443.199,97	M	20	2015
822743/2015	PEN. DO DF I			OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	RS23.325,88	RS419.874,09	R\$443.199,97	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE INTERNOAMENTO E REEDUCAÇÃO			OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	RS23.325,88	RS419.874,09	R\$443.199,97	M	20	2015
822743/2015	PEN. DO DF I			OFICINA	MARCENARIA	RS45.706,06	RS693.386,54	R\$739.064,60	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA			OFICINA	MARCENARIA	RS45.706,06	RS693.386,54	R\$739.064,60	M	20	2015
822743/2015	PEN. FEMININA DO DF			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFETARIA	RS45.200,00	RS440.962,11	R\$486.162,11	F	20	2015
822743/2015	PEN. DO DF I			OFICINA	SERRALHERIA	RS213.587,50	RS258.787,50	R\$258.787,50	M	20	2015
822743/2015	PEN. FEMININA DO DF			OFICINA	SERRALHERIA	RS45.200,00	RS213.587,50	R\$258.787,50	F	20	2015
822743/2015	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA			OFICINA	SERRALHERIA	RS45.200,00	RS213.587,50	R\$258.787,50	M	20	2015
822743/2015	CENTRO DE INTERNOAMENTO E REEDUCAÇÃO			OFICINA	SERRALHERIA	RS45.200,00	RS213.587,50	R\$258.787,50	M	20	2015
822632/2015	PEN. ODENIR GUIMARÃES	703	1478	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS48.918,18	RS129.327,38	RS178.245,56	M	15	2015
822632/2015	CENTRO DE INSERÇÃO SOCIAL DE ANÁPOLIS	300	488	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS48.918,18	RS129.327,38	RS178.245,56	M	10	2015
822632/2015	PRIS. DE CATALÃO	166	232	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS48.918,18	RS129.327,38	RS178.245,56	M	10	2015
822632/2015	PEN. FEMININA CONSUELO MASSER	50	45	OFICINA	FABRICAÇÃO DE FRAIDAS			RS22.784,12	F	10	2015
822632/2015	PEN. FEMININA DE LUZÂNIA	87	77	OFICINA	FABRICAÇÃO DE FRAIDAS			RS22.784,12	F	10	2015
822632/2015	PEN. ODENIR GUIMARÃES			OFICINA	SERRALHERIA	RS45.200,00	RS330.946,14	RS376.146,14	M	15	2015
822632/2015	PRISIDIO MILITAR	90	60	OFICINA	SERRALHERIA	RS45.200,00	RS330.946,14	RS376.146,14	M	15	2015
824214/2015	UN. PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DA REGIONAL DE BACABAL	82	125	OFICINA	BLOCOS E TIPOLOS ECOLÓGICOS			RS224.386,66	M	25	2015
824214/2015	UN. PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO DA REGIONAL DE IMPERATRIZ	280	363	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS48.918,18	RS393.563,66	R\$442.481,84	M	20	2015
824214/2015	UN. PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA	210	240	OFICINA	FABRICAÇÃO DE FRAIDAS	RS43.306,43	RS170.264,26	RS153.570,69	F	20	2015
824214/2015	PRIS. SÃO LUIS I	104	203	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	RS40.306,43	RS174.396,68	RS214.703,11	M	15	2015
824214/2015	PRIS. SÃO LUIS III	479	80	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	RS40.306,43	RS174.396,68	RS214.703,11	M	15	2015
824214/2015	PEN. DE PEDRINHAS	190	317	OFICINA	SERRALHERIA	RS380.946,14		RS380.946,14	M	20	2015
824548/2015	PRIS. DE CAMPO BELO	52	181	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	RS14.433,28	RS144.000,00	RS158.433,28	M	15	2015
824548/2015	CENTRO DE REFERÊNCIA À GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE	78	69	OFICINA	FABRICAÇÃO DE FRAIDAS	RS42.228,21	RS9.054,33	RS51.282,54	F	15	2015
824548/2015	PRIS. ANTONIO DUTRA LADREIA	1163	1841	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS51.816,67	RS178.417,67	RS190.234,34	M	15	2015
824548/2015	PRIS. FLORENÇA	277	719	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS51.816,67	RS198.547,00	RS189.363,67	M	15	2015
824548/2015	PRIS. DE ITAUBÁ	302	576	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS51.816,67	RS85.533,00	RS137.348,67	M	15	2015
824548/2015	PEN. FRANCISCO LORIANO DE PALLA	564	982	OFICINA	MARCENARIA	RS36.816,67	RS117.990,65	RS151.908,35	M	15	2015
824548/2015	PRIS. REGIONAL DE MONTES CLAROS	592	951	OFICINA	SERRALHERIA	RS30.446,13	RS177.990,65	RS208.436,78	M	15	2015
822674/2015	EST. PENAL DE REGIME SEMABERTO, ABERTO E ASSISTÊNCIA AO ALBERGADO DE DOJURADOS	436	407	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS60.958,84	RS49.358,31	RS109.927,15	M	20	2015
822674/2015	EST. PENAL DE CASSILÂNDIA	82	160	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS90.863,26	RS12.420,15	RS102.273,41	M	20	2015
822674/2015	EST. PENAL MASCUNO DE COXIM	24	92	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	RS30.284,42	RS7.310,05	RS102.594,47	M	20	2015
822674/2015	PEN. TRÊS LAGOS	248	604	OFICINA	MARCENARIA	RS64.431,72	RS30.876,44	RS95.308,16	M	20	2015
822674/2015	PEN. ESTADUAL DE DOJURADOS	774	2189	OFICINA	MARCENARIA	RS64.431,72	RS30.876,44	RS95.017,96	M	20	2015
822674/2015	CENTRO PENAL AGRONômICA DA GAMBELIRA	1000	966	OFICINA	MARCENARIA	RS44.431,72	RS10.586,24	RS95.017,96	M	20	2015
822674/2015	EST. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	642	2297	OFICINA	MARCENARIA	RS64.431,72	RS19.961,39	RS94.393,11	M	20	2015

8226/74/2015	EST. PENAL DE BATAGUASSU	62	116	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R573.305,96	R529.989,96	R5101.299,92	M	20	2015
8226/74/2015	CENTRO PENAL AGROINDUSTRIAL DA GAMBELIRA			OFICINA	SERIALITERIA	R560.892,26	R517.651,14	R578.543,40	M	20	2015
8226/74/2015	EST. PENAL DE CASILLANDIA	313	447	OFICINA	SERIALITERIA	R560.892,26	R517.651,14	R578.543,40	M	20	2015
8226/74/2015	EST. PENAL DE CASILLANDIA	116	317	OFICINA	SERIALITERIA	R560.892,26	R517.651,14	R578.543,40	M	20	2015
8226/74/2015	EST. PENAL DE REGIME SEMIABERTO, ABERTO E ASSISTENCIA AO ALBERGADO DE DOURADOS	186	335	OFICINA	SERIALITERIA	R560.892,26	R517.632,54	R578.524,80	M	20	2015
8226/74/2015	EST. PENAL RICARDO BRANCAO			OFICINA	SERIALITERIA	R560.892,26	R517.921,26	R578.813,52	M	20	2015
8226/74/2015	EST. PENAL DE BATAGUASSU			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R530.284,42	R55.825,46	R536.109,88	M		2015
8226/74/2015	EST. PENAL DE CORUMBÁ			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R530.284,42	R55.825,46	R536.109,88	M		2015
8226/74/2015	EST. PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	60	80	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R530.284,42	R55.825,46	R536.109,88	F		2015
8226/74/2015	EST. PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	200		OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R530.300,00	R5130.568,84	R5270.861,84	M	30	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO DE MARABÁ	86	86	OFICINA	FABRICAÇÃO DE TALHADAS	R538.356,43	R544.798,39	R588.094,82	F	20	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRICOLA SILVIO HALL DE MOURA	360	512	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R530.300,00	R513.741,88	R544.041,88	M	30	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO ESPECIAL ANASTÁCIO DAS NEVES			OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R538.356,43	R513.741,88	R552.098,31	M	30	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE PARAGOMINAS	214	260	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R530.300,00	R513.741,88	R544.041,88	M	30	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE TOMÉACU	180	478	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R530.300,00	R513.741,88	R544.041,88	M	30	2015
8227/34/2015	PRE.S. ESTADUAL METROPOLITANO II	304	343	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R538.356,43	R513.741,88	R552.098,31	M	30	2015
8227/34/2015	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DO COQUEIRO	109	366	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R530.300,00	R532.176,17	R562.476,17	M	30	2015
8227/34/2015	PRE.S. ESTADUAL METROPOLITANO I	404	718	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R530.300,00	R532.176,17	R562.476,17	M	30	2015
8246/61/2015	PEN. DE SEGURANÇA MAXIMIA UNIMORGADO S/EFONIA	560	887	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R512.400,00	R5128.126,50	R5138.926,50	M	20	2015
8246/61/2015	PEN. DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO	250	277	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R512.731,33	R568.650,58	R581.383,91	M	20	2015
8223/81/2015	PEN. GONCALO DE CASTRO LIMA	200	293	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R514.400,00	R596.726,24	R5111.126,24	M	10	2015
8223/81/2015	COL. AGRICOLA PENAL MAJOR CESAR	290	269	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R514.400,00	R596.730,84	R5111.130,84	M	10	2015
8223/81/2015	PEN. MISTA JUIZ FONTES IBAPINA			OFICINA	FABRICAÇÃO DE TALHADAS	R520.250,00	R534.258,75	R544.506,75	F	15	2015
8223/81/2015	COL. AGRICOLA PENAL MAJOR CESAR			OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R520.250,00	R51380.415,58	R52004.665,58	M	15	2015
8223/81/2015	PEN. MISTA JUIZ FONTES IBAPINA	176	425	OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R520.250,00	R51380.415,58	R52004.665,58	M	15	2015
8223/81/2015	PEN. REGIONAL IMBAO GUIDO	324	401	OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R520.250,00	R51380.415,58	R52004.665,58	M	15	2015
8223/81/2015	CASA DE CURTIDIA JOSE RIBAMAR LEITE	336	899	OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R514.400,00	R584.214,43	R598.614,43	M	15	2015
8223/81/2015	COL. AGRICOLA PENAL MAJOR CESAR			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R515.600,00	R584.214,43	R598.614,43	M	20	2015
8223/81/2015	PEN. REGIONAL LUZ GONZAGA REBELO	157	257	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R515.600,00	R584.214,43	R598.614,43	M	15	2015
8223/81/2015	COL. AGRICOLA PENAL MAJOR CESAR			OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R520.250,00	R5182.560,01	R5202.810,01	M	20	2015
8223/81/2015	PEN. GONCALO DE CASTRO LIMA			OFICINA	SERIALITERIA	R520.250,00	R5182.560,01	R5202.810,01	M	10	2015
8223/81/2015	PEN. MISTA JUIZ FONTES IBAPINA			OFICINA	SERIALITERIA	R520.250,00	R5182.560,01	R5202.810,01	M	10	2015
8223/81/2015	PEN. REGIONAL LUZ GONZAGA REBELO			OFICINA	SERIALITERIA	R520.250,00	R5182.560,01	R5202.810,01	M	15	2015
8222/49/2015	PEN. ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE	1108	800	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R540.900,00	R5104.111,47	R5145.011,47	M	20	2015
8222/49/2015	PEN. FEMININA DO PARANÁ	450	361	OFICINA	FABRICAÇÃO DE TALHADAS	R530.600,00	R52.811,43	R538.411,43	F	20	2015
8222/49/2015	PEN. CENTRAL ESTADUAL FEMININO	300	292	OFICINA	FABRICAÇÃO DE TALHADAS	R530.600,00	R52.811,43	R538.411,43	F	20	2015
8222/49/2015	PEN. CENTRAL DO ESTADO	1440	1652	OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R544.100,00	R5286.914,92	R5331.014,92	M	20	2015
8222/49/2015	CADIA PUBLICA HILDEBRANDO DE SOUZA	207	620	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R530.600,00	R584.204,37	R5114.804,37	M	20	2015
8222/49/2015	CENTRO DE REINTEGRAÇÃO FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU	248	215	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R526.100,00	R588.794,37	R5114.804,37	F	20	2015
8222/49/2015	COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ	450	307	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R530.600,00	R584.204,37	R5114.804,37	M	20	2015
8222/49/2015	PEN. ALFREDO TRIJANAI	906	1402	OFICINA	BLOCOS E TITULOS ECOLÓGICOS	R561.500,00	R530.059,02	R591.559,02	M	20	2015
8249/76/2015	PEN. INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA	992	1464	OFICINA	BLOCOS E TITULOS ECOLÓGICOS	R561.500,00	R530.059,02	R591.559,02	M	20	2015
8249/76/2015	PEN. TALAVÉRIA BRUCE	362	373	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R562.286,61	R516.919,71	R579.205,37	F	20	2015
8249/76/2015	INSTITUTO PENAL VICENTE PRAGIBE	1444	3220	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R561.500,00	R568.271,17	R5128.771,17	M	20	2015
8223/83/2015	PEN. ESTADUAL FEMININA DE GUABÁ	432	240	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R571.235,52	R5133.869,56	R5205.105,08	F	40	2015
8223/83/2015	PEN. REGIONAL DE CAXIAS DO SUL	432	502	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R571.235,52	R5133.869,56	R5205.105,08	M	40	2015
8223/83/2015	PEN. ESTADUAL DE GETULIO VARGAS	56	98	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R571.235,52	R5133.869,56	R5205.105,08	M	40	2015
8223/83/2015	PEN. ESTADUAL DE SANTA MARIA	766	640	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R580.696,32	R572.137,14	R5152.833,46	M	40	2015
8223/83/2015	COMPLEXO PEN. DE CANOAS	393	219	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R580.696,32	R572.137,14	R5152.833,46	F	30	2015
8223/83/2015	PEN. FEMININA MADRE PELLETER	239		OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R575.331,76	R517.710,84	R571.042,60	F	20	2015
8222/65/2015	PEN. AGRICOLA DE CHAPÉCO			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R590.000,00	R51.213.870,60	R51.303.870,60	M	70	2015
8222/65/2015	PRES. REGIONAL DE BULMEVAL			OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R578.250,00	R5432.590,21	R5495.842,21	M	20	2015
8222/65/2015	PEN. SUL CRICIUMA			OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R5166.400,01	R5642.209,62	R5813.609,63	M	35	2015
8248/87/2015	PRES. SENADOR LEITE NETO	203	371	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFITARIA	R5372.942,64	R5120.068,71	R527.942,64	F	15	2015
8248/87/2015	PRES. FEMININO	175	200	OFICINA	MANUTENÇÃO DE TALHADAS	R544.392,50	R519.733,38	R5164.461,21	M	50	2015
8248/87/2015	CADIAO TERRITORIAL DE SOCCORRO	160	166	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R545.200,00	R544.933,38	R544.933,38	F	50	2015
8248/87/2015	COMPLEXO PEN. DR. MANOEL CARVALHO NETO	800	2486	OFICINA	MANUTENÇÃO DE EQ. DE INFO.	R542.206,14	R581.206,14	R581.206,14	M	40	2015

822460/2015	PEN. ORLANDO BRANDO FLINTO DE JARAS	1353	2646	OFICINA	BLOCOS E TIPOLOGIA ECOLÓGICOS	R\$102.559,37	R\$33.192,56	R\$135.751,93	M	40	INFORMAÇÕES MUITO CONFUSAS, DIFÍCIL PARA ENCONTRAR OS DADOS	2015
822460/2015	PEN. DE ANDRADINHA	829	1691	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	76033,34	R\$396.483,49	R\$472.516,83	M	32		2015
822460/2015	PEN. DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA	1504	1824	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL		R\$472.516,83	R\$472.516,83	M	32		2015
822460/2015	PEN. FEMININA DE MOGI GUAÇU	741	836	OFICINA		152.066,68		R\$320.450,15	F	32		2015
822460/2015	PEN. II DE PIRAJUI	1310	2025	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL		R\$472.516,83	R\$472.516,83	M	32		2015
822460/2015	CPP DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1079	1468	OFICINA	CORTE E COSTURA INDUSTRIAL	R\$152.066,68		R\$320.450,15	M	32		2015
822460/2015	PEN. DE RIOLANDIA	792	1846	OFICINA	MAQUINARIA	R\$82.033,34		R\$164.759,58	M	64		2015
822460/2015	PEN. DE RIOLANDIA							R\$164.759,58	M	64		2015
822460/2015	CPP DR. EDGARD MANGUINHOS NORONHA	2639	2768	OFICINA	MAQUINARIA	R\$84.889,62	R\$79.869,96	R\$164.759,58	M	32		2015
822460/2015	CPP III PROF. NOÉ AZEVEDO	1119	1133	OFICINA	MAQUINARIA	R\$82.033,34	R\$82.726,24	R\$164.759,58	M	32		2015
822460/2015	CPP DE FRANCO DA ROCHA	1738	2338	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$91.578,54	R\$53.018,52	R\$144.597,06	M	40		2015
822460/2015	CPP DE PACAMBU	686	1206	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$87.829,00	R\$56.768,06	R\$144.597,06	M	40		2015
822460/2015	CPP DR. RUBENS ALEIXO SENDIN	960	1538	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$87.829,00	R\$56.768,06	R\$144.597,06	M	40		2015
822460/2015	CPP PROF. ATAÍDE NOGUEIRA	1446	1818	OFICINA	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	R\$87.829,00	R\$56.768,06	R\$144.597,06	M	40		2015
822460/2015	PEN. I DE PRESIDENTE VENCESLAU	727	930	OFICINA	SERRALHERIA	R\$108.400,00	R\$122.554,45	R\$230.954,45	M	32		2015
822460/2015	PEN. II DE SOROCABA	783	2161	OFICINA	SERRALHERIA	R\$108.400,00	R\$122.554,45	R\$230.954,45	M	40		2015
822460/2015	PEN. I NIESTOR CANO	502	513	OFICINA	SERRALHERIA	R\$108.400,00	R\$122.554,45	R\$230.954,45	M	32		2015
822460/2015	PEN. NELSON MARCONDES DO AMARAL II	928	1144	OFICINA	SERRALHERIA			R\$2.394.273,87	M	32		2015
822460/2015	CPP DE JARDINÓPOLIS					R\$109.691,97	R\$121.362,48	R\$230.954,45				2015
822460/2015	CPP DE PORTO FELIZ	1080	1396	OFICINA	SERRALHERIA	108.400,00	R\$122.554,45	R\$230.954,45	M	32		2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE PALMAS	260	600	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$41.673,00	R\$99.178,56	R\$140.851,56	M	60		2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE DIAMÓPOLIS	60	100	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$33.182,40	R\$107.669,16	R\$140.851,56	M	60		2015
822739/2015	UN. DE TRATAMENTO PENAL BARRA DA GROTA			OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$33.182,40	R\$107.669,16	R\$140.851,56	M		AS DEMAIS OFICINAS ESTÃO AGUARDANDO A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA OS ESPACOS	2015
822739/2015	CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DO AMANHÃ	280	350	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$41.946,60	R\$98.904,96	R\$140.851,56	M	60		2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE PORTO NACIONAL			OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$41.319,60	R\$46.135,77	R\$87.455,37	M			2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE ARAGUAÍNA	438	350	OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$7.790,40	R\$79.664,95	R\$87.455,35	M	60		2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE GURUPI			OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$33.182,40	R\$54.272,95	R\$87.455,35	M			2015
822739/2015	CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE PARAÍSO DO TOCANTINS			OFICINA	ARTEFATOS DE CONCRETO	R\$33.182,40	R\$54.272,95	R\$87.455,35	M			2015

## APÊNDICE C – Painel de indicadores do PROCAP

